

# JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

*Volume 9, Número 1, Maio de 2020*

## **Os últimos 30 anos na política mundial: o que mudou?**

*Francis Fukuyama*

## **O fim da história revisitado**

*Yascha Mounk*

## **Os iranianos se afastam da República Islâmica**

*Ladan Boroumand*

## **Uma Índia iliberal?**

*Sumit Ganguly*

## **Eleições Municipais: o que 2020 nos reserva?**

*Humberto Dantas*

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN

[PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG](http://PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG)



JOURNAL OF  
**DEMOCRACY**  
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / PlanoBWeb

Journal of Democracy em Português, Volume 9,  
Número 1, São Paulo, Maio de 2020  
Plataforma Democrática  
ISSN 2527-1369

**Índice de catálogo sistemático:**

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

**© Copyright - Todos os direitos reservados à:**

Fundação Fernando Henrique Cardoso  
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000  
[www.fundacaofhc.org.br](http://www.fundacaofhc.org.br) • e-mail: [imprensa@fundacaofhc.org.br](mailto:imprensa@fundacaofhc.org.br)

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**  
FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN  
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)  
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro  
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000  
tel: +55 (11) 3359-5000  
[contato@plataformademocratica.org](mailto:contato@plataformademocratica.org)

PERIODICIDADE: Semestral

## Apresentação

Em janeiro de 2020, o *Journal of Democracy* completou 30 anos de existência. Para marcar a data, publicou artigo de Francis Fukuyama em que o diretor do Centro de Estudos sobre Democracia da Universidade Stanford analisa o que mudou na política mundial nas últimas três décadas, e como essas mudanças se refletiram nas páginas da publicação.

“O Muro de Berlim havia acabado de cair e nas décadas seguintes houve um grande avanço democrático. (...) Atualmente, vivemos o que Larry Diamond chama de recessão democrática, que pode se transformar em uma depressão generalizada. As páginas do *Journal* refletiram tal mudança, indo de um otimismo cauteloso a uma preocupação crescente diante do surgimento de novas ameaças à democracia”, escreve o autor.

No segundo artigo desta edição do *Journal em Português*, Yascha Mounk revisita o célebre ensaio de Fukuyama *O Fim da História* (1989). “Na medida em que as certezas de outrora se dissiparam pelo ar, virou moda generalizar os acontecimentos políticos recentes como ‘o fim do fim da história’. (...) Mas, embora haja hoje uma forte razão para acreditar que as contradições da democracia liberal vão muito além do que se havia pensado, ainda é cedo para dizer se os populistas serão capazes de construir regimes políticos nos quais essas tensões sejam menos severas”, escreve o professor da Universidade John Hopkins.

Ambos os textos foram escritos e publicados originalmente em inglês antes do início da pandemia do Novo Coronavírus, cujos efeitos nas sociedades, na política nacional e internacional e nas economias domésticas e global só serão sentidos e avaliados a médio prazo.

Também é este o caso do terceiro artigo, escrito por Ladan Boroumand (Centro pelos Direitos Humanos no Irã) no final do ano

passado, quando o regime dos aiatolás reprimiu brutalmente protestos em mais de 80 cidades iranianas, causando mais de 200 mortos. “Nas últimas quatro décadas, a República Islâmica do Irã tem sido o crivo do terceiro maior desafio ideológico do mundo (após o fascismo e o comunismo): um ataque contínuo e persistente à democracia liberal. (...) Mas cada vez mais a sociedade iraniana demanda liberdade e, se esse movimento for bem sucedido, poderá dar força à causa liberal-democrática global”, disse.

O quarto texto, de Sumit Ganguly (Universidade de Indiana), analisa os sinais preocupantes do surgimento de uma Índia iliberal, sob o comando do premiê Narendra Modi, do BJP (partido ligado ao movimento nacionalista hindu). “A Índia sobreviveu enquanto um Estado funcional, embora caótico, por conta de seu comprometimento (ainda que falho e parcial) com a democracia liberal. Desmontar esse alicerce e abandonar o ideal de igualdade perante a lei em nome da utopia nacionalista hindu do BJP traria consequências perturbadoras”, afirma.

Em artigo inédito, o cientista social Humberto Dantas (USP) se propõe a oferecer “uma visão abrangente e empiricamente fundamentada” das eleições para prefeito e vereador no Brasil, realizadas sempre dois anos depois (ou antes) das eleições nacionais. Em 2020, o primeiro turno está marcado para 4 de outubro, mas ainda não se sabe se será necessário adiá-lo em função da pandemia de Covid-19.

“Compreender o impacto das eleições municipais sobre os pleitos estaduais e federais seguintes, bem como entender inversamente como tais disputas influenciam as corridas municipais, é assunto que tem desafiado a ciência política. Uma coisa se sabe: a conjuntura política gerada por uma disputa eleitoral não necessariamente persistirá na próxima”, escreve o autor.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

*Diretores de Plataforma Democrática*

# Os últimos 30 anos na política mundial: o que mudou?\*

*Francis Fukuyama*

*Francis Fukuyama é pesquisador sênior e diretor do Centro de Estudos sobre Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito e do mestrado em política pública internacional da Universidade Stanford.*

**O** que mudou na política mundial nos últimos 30 anos, desde que o *Journal of Democracy* publicou sua primeira edição em janeiro de 1990, e como esse periódico mudou em decorrência disso?

Primeiro e mais óbvio: vivemos hoje um clima político bastante diferente daquele que existia em 1990. O *Journal of Democracy* começou a ser publicado no meio do que Samuel P. Huntington chamou de a “terceira onda” da democratização.

O Muro de Berlim havia acabado de cair, e os regimes comunistas haviam começado a entrar em colapso por toda a Europa Central e o Leste Europeu — o maior avanço democrático nessas três décadas. Atualmente, estamos vivendo o que Larry Diamond chama de “recessão democrática”, com motivos para crer que ela possa se transformar em uma depressão generalizada.<sup>1</sup> Grandes potências autoritárias como a Rússia e a República Popular da China desafiam abertamente o modelo liberal-democrático ocidental, ao mesmo tempo que populistas e nacionalistas lançam ataques a esse modelo de dentro do próprio

\* Publicado originalmente como “30 Years of World Politics: What Has Changed?”, *Journal of Democracy*, Volume 31, Número 1, January 2020. @ National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

Ocidente. Esses retrocessos aconteceram não apenas em democracias periféricas, mas nos Estados Unidos e no Reino Unido.

As páginas do *Journal* refletiram tal mudança, indo de um otimismo cauteloso no início dos anos 1990 a análises sobre os diferentes caminhos da transição democrática nos anos seguintes, de um ceticismo sobre se “transição” seria um conceito adequado para descrever o que estava acontecendo em diferentes países a uma preocupação crescente diante do surgimento de novas ameaças à democracia. Mais recentemente, os artigos selecionados passaram cautelosamente a tratar de ameaças vindas de dentro de países considerados democracias “consolidadas”, bem como as novas formas de “*sharp power*” que regimes autoritários estão empregando para enfraquecer as normas e regimes liberais-democráticos no mundo inteiro.<sup>2</sup>

## Novo eixo de polarização política

Por trás dessas mudanças está um deslocamento do principal eixo de polarização política. No maior parte do século 20, a política foi caracterizada pela divisão ideológica entre esquerda e direita, definida em grande medida em termos econômicos, com a primeira demandando maior igualdade socioeconômica e políticas redistributivas e a segunda priorizando liberdade individual e forte crescimento econômico. Atualmente, a polarização política gira cada vez mais em torno de questões relacionadas à identidade e tanto esquerda como direita estão redefinindo seus objetivos.<sup>3</sup>

A base psicológica da política identitária apoia-se nos sentimentos das pessoas de que elas possuem valor e dignidade intrínsecos, mas que a sociedade ao seu redor não os reconhece como deveria. Essa identidade desprezada pode ser exclusiva de um indivíduo, mas frequentemente vem do ‘pertencimento’ a um determinado grupo, em particular um que tenha sofrido algum tipo de marginalização e/ou

desrespeito. Está intimamente relacionada a sentimentos como orgulho, raiva e rancor.

E, embora injustiças econômicas possam estimular a demanda por reconhecimento, esse ímpeto é distinto das razões materiais que movem o *homo economicus* e, muitas vezes, pode levar a ações que vão contra o próprio interesse econômico comumente entendido. Muitos dos que votaram pelo *Brexit* (plebiscito realizado no Reino Unido em 2016), entendiam que o país poderia sofrer economicamente como resultado da separação da União Europeia, mas julgaram que aquele era um preço necessário para restaurar a identidade nacional do país. Embora nacionalistas e islâmicos se mobilizem por questões diferentes, em comum eles compartilham o sentimento de terem sido marginalizados e exigem respeito às suas opiniões e demandas.

Eleitores populistas na Hungria e na Polônia, por exemplo, sentem que suas identidades nacionais estão sob ameaça devido à imigração e de valores sociais liberais. Os apoiadores do *Brexit* viam a Europa como uma ameaça à soberania e aos interesses do Reino Unido, assim como muitos dos que elegeram Donald Trump à Casa Branca em 2016 se sentiam prejudicados por mudanças na economia, no mercado de trabalho e principalmente em suas vidas, com frequência atribuídas ao processo de globalização. Na Índia, os apoiadores do nacionalismo hindu, cujo líder, Narendra Modi, exerce o cargo de premiê desde 2014, querem basear a identidade nacional indiana no hinduísmo, assim como os militantes budistas em Mianmar e Sri Lanka sentem que as identidades religiosas de suas nações estão sob ataque.

Esse progressivo deslocamento da polarização política rumo a questões identitárias também tem ocorrido em democracias desenvolvidas e consolidadas. Se a esquerda do século 20, fosse ela comunista, socialista ou social-democrata, promovia os interesses da classe trabalhadora de forma mais ampla, a esquerda do século 21 está mais inclinada a defender grupos identitários específicos como minorias raciais,

imigrantes, mulheres, pessoas com deficiência, minorias sexuais, povos indígenas e assim por diante. Como cada um desses grupos foi marginalizado de maneiras específicas (ao longo da história ou mais recentemente), as soluções deveriam ser específicas para cada grupo.

Essa mudança ideológica no campo da esquerda trouxe consequências políticas: em vez de focar na antiga classe trabalhadora e seus sindicatos (cuja grande maioria dos afiliados pertencia ao grupo racial ou étnico dominante), partidos de esquerda nos EUA e na Europa passaram a se ver cada vez mais como representantes dos interesses de variadas minorias. Um dos resultados desse afastamento em relação à classe trabalhadora tradicional é o crescente apoio dos eleitores pertencentes a esta classe a movimentos nacionalistas e/ou populistas.

Transformação similar tem ocorrido no campo da direita. Partidos conservadores do século 20 defendiam o livre mercado e direitos individuais, com apoio de grupos empresariais que apoiavam o livre comércio e mesmo uma imigração controlada. Mas aquela antiga direita vem perdendo terreno para uma que enfatiza a identidade nacional de base étnica, cujo discurso se baseia na ideia de que “nosso país” está sendo tomado de assalto por uma conspiração formada por imigrantes (oriundos de países da África, do Oriente Médio e da Ásia Central, da América Latina e outras regiões/países em conflito ou menos desenvolvidos), competidores estrangeiros (principalmente da Ásia, fortalecidos pela globalização) e elites políticas cúmplices desse “crime contra a identidade nacional”.

### **O surgimento da ‘democracia iliberal’**

O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán (no poder desde 2010 e a cada dia mais forte), afirma abertamente que a identidade nacional húngara se baseia na etnia húngara e defende uma “democracia iliberal” na qual maiorias democráticas não estão necessariamente



obrigadas a respeitar os direitos humanos universais (e os de minorias vistas como ameaça à identidade nacional vigente).

Esse tipo novo e emergente de conservadorismo ganha uma dimensão internacional cuja construção teve papel importante desempenhado pela Rússia (governada por Vladimir Putin desde 1999, alternando entre os cargos de premiê e presidente).<sup>4</sup> Tem como base a defesa da cultura nacional e dos valores tradicionais em oposição a valores liberais como os direitos de minorias sexuais e a abertura à imigração (mesmo que controlada).

Existe uma conexão profunda (e crescente) entre as ideias predominantes na Rússia de Putin e na ideologia de parte da direita cristã norte-americana, oposta ao “casamento gay” e defensora de uma América cristã. Nos últimos anos, a Rússia também tem oferecido apoio moral e financeiro a líderes e/ou movimentos nacionalistas europeus, entre eles o *Rassemblement National* (nova designação da antiga Frente Nacional) de Marine Le Pen, na França, e a Liga (antiga Liga Norte) de Matteo Salvini, na Itália.

Quando Putin foi eleito presidente da Rússia pela primeira vez em 2000 (já exercia o cargo de premiê desde o ano anterior, a convite de Boris Ieltsin) e começou a se afastar dos Estados Unidos e da Europa, o líder russo parecia estar em busca de uma ideologia que justificasse sua oposição a políticas ocidentais. Flertou com ideias como a “democracia soberana” de Vladislav Surkov, que não chegou a se popularizar, e cada vez mais parece ter descoberto o papel de mentor de conservadores populistas em todo o mundo democrático. Não está claro quão a sério Putin leva essas ideias, mas são elas que baseiam sua política externa voltada a minar as elites políticas de nações que ele enxerga como rivais.

A “sociologia da polarização” também tem enfrentado mudanças. Jonathan Rodden mostrou que a baixa densidade populacional é a va-

riável isolada que apresenta maior correlação com a o incremento da votação populista tanto nos EUA como na Europa.<sup>5</sup> A economia global tem concentrado emprego e oportunidades em cidades cada vez maiores, que tendem a produzir eleitores mais liberais, enquanto os eleitores de cidades pequenas, vilarejos e áreas rurais têm optado pelos populistas. Esses eleitores tendem a ser mais velhos, ter menor escolaridade e se mudar pouco de domicílio. A densidade populacional passou a refletir não apenas oportunidades econômicas, mas também valores culturais.

### **Tecnologia: de aliada a inimiga?**

A segunda maior mudança que ocorreu nos 30 anos de existência do *Journal* diz respeito ao impacto da tecnologia, fenômeno não diretamente relacionado à ascensão da identidade como principal eixo da política mundial. Os anos 1990 assistiram ao nascimento da internet para o grande público, que à época foi quase universalmente entendida como um importante instrumento à disposição dos democratas, pois ajudaria a disseminar informação — e, portanto, poder — para uma gama muito mais ampla de pessoas, contribuindo assim para a derrubada de hierarquias autoritárias. E de fato o fez: as revoluções populares que varreram o mundo comunista no final dos anos 1980 e no início dos 1990 e levantes como a Primavera Árabe (2010-2011) tiraram vantagem da capacidade de ativistas de se organizar espontaneamente, usando novas formas de comunicação em rede.

Infelizmente, aquela internet descentralizada não durou muito. Por um lado, pioneiros do mundo digital como Google e Facebook se agigantaram e desenvolveram controles monopolistas da rede mundial. Por outro, governantes autoritários em Pequim e Moscou compreenderam a ameaça representada pela rede mundial de computadores e aprenderam a moldá-la para servir a seus próprios objetivos. Atu-

almente, a internet divide-se em duas, uma fechada, controlada pela China, e outra mais aberta, dominada por um punhado de empresas privadas norte-americanas.

A internet chinesa é intencionalmente administrada com o objetivo de sustentar e proteger o governo autoritário da China, enquanto a internet “ocidental”, embora, em princípio, não se oponha à democracia tem sido operada para servir aos interesses comerciais das gigantes privadas que a controlam.

A tendência dessa nova política identitária, tanto no campo da esquerda como no da direita, tem sido a de fragmentar as sociedades em grupos identitários ainda menores. Sob vários aspectos, as redes sociais, cada vez mais populares, facilitam essa fragmentação social. Elas permitem a indivíduos com interesses comuns descobrirem uns aos outros, não apenas em suas próprias cidades ou países, mas em todo o mundo, ao mesmo tempo em que se fecham a críticas e outras visões, formando bolhas. Também se tornaram terreno fértil para atores antidemocráticos, que lançam mão de teorias conspiratórias e informações falsas para espalhar suas mensagens e atrair cada vez mais apoiadores.

## **Declínio da autoridade de instituições tradicionais**

Seria equivocado, no entanto, atribuir o aumento da fragmentação social simplesmente à popularização da internet nos anos 90 (e das redes sociais nas décadas seguintes), pois o declínio da autoridade de instituições sociais tradicionais começou ainda antes e tem se aprofundado desde então. Essas instituições consistem não apenas em governos, mas em uma gama completa de estruturas de mediação social, incluindo partidos políticos, sindicatos, igrejas e outras organizações da sociedade civil. Esse fenômeno foi observado pela primeira vez no *Journal of Democracy* por Robert D. Putnam, que publicou seu

famoso ensaio *Bowling Alone* [Jogando boliche sozinho] publicado pelo *Journal* em 1995.<sup>6</sup> Pesquisas de opinião mostram o declínio da confiança nessas instituições ao longo do tempo e, embora existam variações dependendo do país e do momento, é um fenômeno transnacional — aparece em país após país por todo o mundo democrático.<sup>7</sup>

Entre as hierarquias abaladas pela internet e as redes sociais está a chamada “mídia tradicional” — órgãos da mídia impressa, rádio e televisão que tiveram enorme influência nos países democráticos no século 20 e desenvolveram padrões jornalísticos para checar e verificar as informações publicadas. A ascensão de Google, Facebook e Twitter, entre outras empresas nascidas na internet, enfraqueceu o velho modelo de negócio da imprensa, baseado principalmente em publicidade e, atualmente, não está claro que incentivos econômicos existem para a oferta de notícias confiáveis e independentes a um público democrático amplo.

Esse enfraquecimento da confiança em instituições de mediação social é, em parte, subproduto de mudanças positivas que têm acontecido no planeta no século 21. A escolaridade da população da maioria dos países é maior hoje do que há algumas décadas, o que faz com que as pessoas pensem por si mesmas e não recorram simplesmente a fontes tradicionais de autoridade. Também há uma exigência bem maior por transparência na atuação dessas instituições do que anteriormente. Um exemplo disso são as acusações de pedofilia envolvendo padres católicos e as denúncias de violência e crimes sexuais envolvendo homens poderosos no topo de grandes empresas. Há mais informação disponível, e as pessoas estão menos dispostas a tolerar abusos ou a ocultação de informações prejudiciais em nome de um bem maior com os quais já não se identificam mais.

Quando Putnam observou que havia um declínio de longo prazo na participação e no apoio a associações de voluntariado nos Estados Unidos, alguns argumentaram que a sociedade americana havia pas-

sado por transformações profundas desde os anos 1950, tornando-se mais inclusiva e diversa. Mulheres e minorias raciais haviam ingressado no mercado de trabalho e em organizações das quais haviam sido previamente excluídas. Os “clubes do Bolinha” altamente homogeneizados em termos raciais, de gênero e religião produziam altos níveis de confiança, mas às custas de excluir importantes partes da população. O declínio na confiança em instituições é, portanto, em parte, o resultado de sociedades democráticas modernas terem se desenvolvido de maneira mais inclusiva e socialmente justa.

Os antigos apóstolos da revolução da informação acreditavam que ela agiria como uma força pela democracia em parte porque acreditavam que novas tecnologias teriam um impacto direto no nível do indivíduo. Nos anos 1980, o advento do computador pessoal multiplicou o número de pessoas com poder computacional em suas mãos. Os anos 1990 assistiram à ascensão da internet universal, enquanto os anos 2000 juntaram tudo isso de maneira portátil e onipresente na forma de um smartphone.

### **Avanços tecnológicos recentes reforçam centralização**

Avanços tecnológicos mais recentes, no entanto, deslocaram o poder de volta para uma maior centralização. Embora a inteligência artificial e o *machine learning* possam ser embutidas em dispositivos pessoais — e, de fato, dependam de um vasto conjunto de informações coletadas por esses dispositivos —, os indivíduos não são capazes de dominar facilmente essas tecnologias e se proteger de eventuais consequências negativas. De fato, as bases de dados que permitem às máquinas aprender são tão gigantescas que apenas grandes empresas ou, em alguns casos, grandes países, conseguem utilizá-las plenamente. O tipo de sistema de vigilância que vem sendo implementado na China, interligando centenas de milhões de sensores e câmeras a centrais de

análise e monitoramento, é possível sobretudo em sistemas políticos autoritários.

Até mesmo nas sociedades mais democráticas a emergência da “internet das coisas” vem coletando uma extraordinária montanha de informações (*Big Data*), cujo uso será ainda mais obscuro para usuários individuais. Por sua vez, organizações gigantes e tecnicamente preparadas, tanto governos como empresas privadas, cada vez mais exploram essa quantidade impressionante de dados para reforçar seu poder econômico ou político. Nada disso contribui para o “empoderamento” democrático, embora ainda seja cedo para prever suas consequências políticas a médio e longo prazo.

Por fim, seria equivocado atribuir as ameaças à democracia somente a desdobramentos inesperados da popularização da internet e das redes sociais. Também houve uma importante mudança na mídia tradicional, cujo controle em alguns países vem sendo cada vez mais exercido por oligarcas. Em um padrão iniciado pelo ex-premiê Silvio Berlusconi na Itália, mega-empresários adquiriram órgãos de imprensa e os usaram para alavancar suas carreiras políticas. Uma vez no cargo, esses oligarcas usam sua influência política para proteger seus interesses comerciais pessoais. Na Ucrânia, os principais canais de televisão estão ligados a uma meia dúzia de oligarcas que dominam a economia. Na Hungria, a mídia tradicional é atualmente controlada por empresários ligados ao Fidesz, partido de Orbán.

## **O neoliberalismo e seus críticos**

Várias outras mudanças mais lentas transformaram o ambiente democrático tal como o conhecíamos no Ocidente durante a maior parte da segunda metade do século 20. A primeira tem a ver com a economia. O início dos anos 1990 foi marcado pelo apogeu da revolução do livre mercado desencadeada uma década antes por Ronald

Reagan, nos EUA, e Margaret Thatcher, no Reino Unido.<sup>8</sup> Em reação à estagflação dos anos 1970, o modelo mental no qual as elites pensavam sobre política econômica foi revisto por acadêmicos como Milton Friedman, Gary Becker, George Stigler, Robert Lucas Jr. e outros. Esses pensadores desenvolveram um modelo mental sofisticado que basicamente endossava a frase jocosa de Ronald Reagan: “As nove palavras mais assustadoras da língua inglesa são: ‘Sou do governo e estou aqui para ajudar’”. A outrora dominante economia keynesiana havia desempenhado um papel positivo para governos lidarem com os ciclos econômicos, mas o “keynesianismo” foi substituído por um monetarismo estrito e um esforço de reduzir a intervenção estatal como um todo por meio de cortes de impostos, desregulamentação, privatização, redução tarifária e uma atitude branda em relação ao tamanho e poderio das empresas — o famoso “Consenso de Washington”.

Essa mudança para o que atualmente se chama pejorativamente de “neoliberalismo” - aliado ao aprofundamento do processo de globalização - possibilitou a emergência dos tigres asiáticos, da China e, mais recentemente, da Índia, em um processo que tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza, principalmente na Ásia, e desencadeou poderosas forças empreendedoras nos Estados Unidos e em outros países. Mas também teve consequências perniciosas nos anos pós-1990.

A primeira foi o agravamento da desigualdade de renda, com uma riqueza cada vez maior concentrada nas mãos de uma reduzida elite ao redor do mundo. A segunda foi a “financeirização” da riqueza e a desestabilização do setor financeiro em consequência de sua desregulamentação, provocando profundas crises financeiras na América Latina, no Leste Asiático, nos EUA e na União Europeia (zona do euro). A crise do *subprime* iniciada nos EUA em 2008 e a crise do euro de 2010 contribuíram para desacreditar aquelas elites econômicas e políticas que haviam promovido a ordem liberal internacional e criaram as condições para a ascensão do populismo na década seguinte.

O colapso da antiga União Soviética em 1991 parecia validar as visões promovidas pelos defensores do livre mercado. “Atordoados com o sucesso” (como diria Stalin), esqueceram que em um mercado eficiente o Estado continua a desempenhar funções vitais de garantia do Estado de direito, manutenção da estabilidade política e regulação da atividade econômica. O conselho vindo dos centros de poder ocidentais no início dos anos 1990 era de que era necessário desregular e privatizar o mais rápido possível, mesmo em locais ou setores onde a fraqueza do Estado era extrema. Nesses casos, os resultados foram caos econômico, aprofundamento da pobreza e ascensão de uma classe de oligarcas e privilegiados. Para muitas pessoas, essas consequências tornaram-se associadas à própria democracia, abrindo caminho para a ascensão de Putin e outros autocratas na década seguinte.

O modelo mental de toda geração é influenciado pelas experiências coletivas que marcam o período de formação de seus membros. Para as pessoas que viveram a Guerra Fria e sua derrocada, a palavra “socialismo” tinha conotações bastante negativas. Para as pessoas nascidas após 1990, é o neoliberalismo e suas políticas relacionadas de austeridade fiscal, privatização e livre comércio que adquiriram uma conotação negativa. A popularidade do socialismo entre os membros progressistas da geração dos “millenials” nos Estados Unidos e a hostilidade à União Europeia professada por jovens da Europa Central e do Leste Europeu são subprodutos desse tipo de esquecimento geracional.

## **O retorno do nacionalismo e do populismo**

Ivan Krastev e Stephen Holmes sugerem que há uma questão ainda mais profunda que explica o fortalecimento do nacionalismo e do populismo. Os regimes comunistas da Europa Central, do Leste Europeu e da antiga União Soviética fingiam que haviam resolvido o problema do nacionalismo, quando, na verdade, haviam simplesmente varrido



a ameaça para debaixo do tapete. Após 1945, nenhum desses regimes havia tentado persuadir a geração do pós-guerra em relação aos perigos do nacionalismo, como os alemães ocidentais fizeram com êxito em relação às gerações nascidas no pós-guerra. De fato, para muitos na região, nacionalismo e identidade nacional passaram a ter um significado positivo, já que regimes comunistas haviam tentado suprimi-los, como foi o caso da URSS no esforço para manter o império soviético. Após 1989-91, as antigas “nações cativas” sob seu domínio abraçaram a parte democrática da democracia liberal, mas não necessariamente a ideia de que povos diversos ou mesmo os vários setores que compõem uma sociedade podem conviver harmonicamente dentro de um regime de “direitos iguais, aplicados de forma igualitária”. O resultado foi a emergência da democracia iliberal em países como Hungria e Polônia.<sup>9</sup>

Ao mesmo tempo, na antiga União Soviética a política econômica dos Estados Unidos havia causado um efeito negativo nas perspectivas democráticas até hoje não plenamente conhecido. Mas os equívocos da política americana também prejudicaram o panorama democrático em outros aspectos. O período entre 1991 e 2008 foram extraordinários para a hegemonia política e militar norte-americana, quando o orçamento militar de Washington ultrapassava os gastos totais com defesa do resto do mundo somado, e os EUA não possuíam nenhum “competidor à altura” que pudesse contrabalancear seu poderio. A vitória relativamente fácil da coalizão liderada pelos Estados Unidos na Guerra do Golfo de 1991 convenceu os formuladores de políticas públicas dos EUA de que dispunham de um instrumento único para influenciar a política global. Isso levou a um segundo grande erro de cálculo político, que foi a invasão do Iraque em 2003. Diante de temores decorrentes da possível existência de armas de destruição em massa no Iraque, que posteriormente descobriu-se serem falsos, a administração do presidente George W. Bush derrubou a ditadura de Saddam

Hussein e perseguiu uma agenda de “libertação” mais ampla, com o objetivo de refundar a política de todo o Oriente Médio.

Essa jogada teve inúmeras consequências imprevistas de longo prazo: a invasão deslocou o equilíbrio de poder na região a favor da República Islâmica do Irã e seus aliados xiitas no Oriente Médio. Isso levou ao prolongamento da instabilidade no Iraque até hoje e ao surgimento de um novo grupo terrorista, o Estado Islâmico. A guerra “sem fundamento” contra o Iraque de Saddam também prejudicou seriamente a OTAN (aliança militar ocidental), ao mesmo tempo que desacreditou o governo britânico, então sob a liderança de Tony Blair, por seu apoio equivocado a Washington (já que as armas de destruição em massa que haviam justificado a invasão nunca foram encontradas). Por fim, nas mentes de muitos mundo afora, a invasão e a ocupação do Iraque criaram uma associação indelével entre o uso unilateral do poder militar pelos EUA e a tentativa (frustrada) de promover a democracia em países onde essa tradição não existe.

A invasão do Iraque e a guerra sem fim no Afeganistão (iniciada após os atentados contra as Torres Gêmeas em 2001) tiveram um importante impacto em como os norte-americanos veem sua relação com o mundo exterior. Apesar de suas muitas diferenças, o democrata Barack Obama e o republicano Donald Trump compartilham a crença de que os EUA deveriam reduzir sua presença no Oriente Médio e no Afeganistão e evitar intervenções (em particular com propósitos humanitários) quando os interesses norte-americanos não forem centrais. Tudo isso produziu níveis cada vez maiores de ceticismo por parte dos jovens americanos em relação às perspectivas de uma promoção efetiva da democracia.

Em resumo: as experiências combinadas do antigo mundo comunista e no Oriente Médio felizmente resultaram em um grau maior de realismo na visão norte-americana sobre a viabilidade de promoção da democracia mundo afora (os europeus já costumavam ser mais cé-

ticos). A transição aparentemente rápida para uma democracia liberal em países como Hungria e Polônia após o colapso repentino do comunismo foi, em retrospectiva, um evento altamente fortuito, do qual muitos nos EUA extraíram a lição errada. Em 2005, o segundo discurso inaugural de George W. Bush abordou a universalidade das aspirações e dos direitos democráticos e incumbiu os Estados Unidos da tarefa de pôr fim à tirania ao redor do mundo — uma tarefa, disse o republicano, cuja consecução também garantiria a segurança nacional dos EUA a médio e longo prazo. Mas o foco no fim das tiranias ignorava a enorme dificuldade de construir uma democracia liberal sustentável entre os destroços deixados por elas.

## **Democracia e capacidade estatal**

A imensa literatura disponível sobre transições democráticas, grande parte da qual publicada no *Journal of Democracy*, foca em instituições democráticas como eleições, regras eleitorais, partidos, legislaturas e coisas afins, e, em menor grau, nos principais elementos do liberalismo, como constituições e diplomas legais.

Essas instituições são desenhadas para restringir o poder que legitimam — mas têm como base o fato de que o poder existe em primeiro lugar na forma de um Estado que emprega o monopólio do uso legítimo da força em dado território. No que se refere ao problema de construção do Estado em territórios divididos ou conflagrados e onde não existe tradição democrática, no entanto, a ciência política contemporânea tem pouca coisa útil a dizer. A ironia é que até mesmo Hungria e Polônia, que pareciam no início dos anos 2000 serem transições bem-sucedidas para uma democracia liberal consolidada, revelaram-se muito menos do que isso.

Consequentemente, a política norte-americana tornou-se muito mais cautelosa — e com razão — em relação à capacidade de forças

externas de controlar o que acontece no dia seguinte à saída de um ditador. O último exemplo desse tipo de intervenção foi a ação (limitada) da OTAN na Líbia em 2011. Obama extraiu dessa experiência a lição de que deveria evitar uma ação militar significativa na Síria após a eclosão da guerra civil no país e mesmo depois de o governo sírio ter utilizado armas químicas contra sua própria população, ultrapassando uma linha vermelha estabelecida pelo próprio presidente norte-americano na época.

A literatura sobre transições, seguindo uma mudança na agenda política, transformou-se de um foco intenso em instituições democráticas para a questão de capacidade estatal e, como parte disso, para reflexões sobre o problema da corrupção e como resolvê-la. Afeganistão e Iraque são casos extremos de Estados fracos, mas havia um reconhecimento crescente de que muitos países em desenvolvimento com governos estáveis também sofriam de baixa capacidade estatal e altos níveis de corrupção. Em alguns casos, como na Rússia, a corrupção era organizada a partir do topo e tornou-se a base do poder do Estado. Em outros casos, como no Brasil e no México, a corrupção coexistiu com o funcionamento das instituições democráticas, mas terminou por deslegitimar líderes eleitos. Consequentemente, ambos os países latino-americanos são atualmente liderados por presidentes populistas (um de direita no Brasil e um de esquerda no México).

O que precisa ser mais bem investigado é a relação entre democracia, por um lado, e o problema da corrupção e da capacidade estatal do outro. Há uma suposição generalizada, mas raramente declarada, de que a solução para a corrupção sistêmica é mais democracia, mas a relação empírica entre essas duas coisas é muito mais complicada.<sup>10</sup>

A recente ascensão do populismo levou a um questionamento de parte do consenso que existia há apenas uma geração sobre transições democráticas. Naquela época, cientistas políticos falavam sobre “democracias consolidadas”, normalmente medidas pelo teste clássico

de “dupla alternância” de Huntington: se eleições resultaram em o poder mudar de mãos de maneira pacífica uma vez, e depois novamente, poder-se-ia dizer que a democracia havia se consolidado em determinado país. Com os recuos que ocorreram recentemente em boa parte das democracias consolidadas (incluindo os Estados Unidos e o Reino Unido), a noção de que a democracia nunca retrocede após atingir certo nível parece estranha. Autores do *Journal of Democracy* como Steven Levitsky argumentaram que a ameaça mortal às democracias modernas não é o golpe militar, mas uma erosão gradual e contínua de normas e instituições como o que vem ocorrendo na Hungria desde 2011. Muitas pessoas veem esse processo se desenrolando até mesmo nos EUA.<sup>11</sup>

Seria errado encerrar esse panorama de maneira pessimista. Ao longo do último século, a democracia passou por muitos altos e baixos. A crise atual não é tão grave quanto a que atingiu os anos 1930, quando o fascismo se alojou no coração da Europa. E aquela crise é certamente comparável com a queda da confiança na democracia que assolou o Ocidente durante os múltiplos problemas dos anos 1970. A faísca que deu início às transições de 1989-91 ainda existe em muitas partes do mundo. Apenas nos últimos anos, Ucrânia, Argélia, Sudão, Nicarágua, Armênia e Hong Kong assistiram à emergência de manifestações em massa contra governos autoritários, ainda que não tenham resultado em transições democráticas. Chéquia, Geórgia, Romênia, Eslováquia e até mesmo a Rússia testemunharam pressões populares contra a corrupção e o controle oligárquico do processo democrático.

Embora Donald Trump tenha desafiado muitas das instituições de freios e contrapesos da democracia americana, elas conseguiram em grande medida resistir. A mais importante delas, as eleições, deve ocorrer em 2020. No longo prazo, a democracia não parece favorecer o populismo. Jovens continuam a migrar de áreas rurais para grandes cidades, onde, como já dissemos, o populismo não costuma ser majoritário.

Para chegarmos no longo prazo, no entanto, precisamos primeiro sobreviver no curto prazo. Há atualmente duas tendências opostas no mundo: a primeira é a fragmentação social, acompanhada pelo declínio da autoridade de instituições de mediação, sobretudo em democracias consolidadas. A segunda é a ascensão de novas hierarquias centralizadas de Estados autoritários. Sobreviver ao presente significa reconstruir a autoridade legítima das instituições da democracia liberal e, ao mesmo tempo, resistir aos poderes que aspiram tornar instituições não democráticas centrais. O *Journal of Democracy* tem feito um trabalho extraordinário de analisar esses fenômenos ao longo dos últimos 30 anos. Torçamos para que continue a fazê-lo pelas próximas décadas, pois seus *insights* serão certamente úteis.

## Notas

1. Larry Diamond, *Ill Winds: Saving Democracy from Russian Rage, Chinese Ambition, and American Complacency*. Nova York: Penguin, 2019.

2. Christopher Walker, “What Is ‘Sharp Power’?”. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 3 (jul. 2018), pp. 9-23. [Ed. bras.: “O que é ‘sharp power’ e como ele perfura as instituições democráticas”. *Journal of Democracy em português*, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>.]

3. Essa questão é explorada com mais profundidade em meu livro *Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment* (Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2018).

4. Marc F. Plattner, “Illiberal Democracy and the Struggle on the Right”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1 (jan. 2019), pp. 5-19.

5. Jonathan A. Rodden, *Why Cities Lose: The Deep Roots of the Urban-Rural Political Divide*. Nova York: Basic Books, 2019.

6. Robert D. Putnam, “Bowling Alone: America’s Declining Social Capital”. *Journal of Democracy*, v. 6, n. 1 (jan. 1995), pp. 65-78.

7. Ver, por exemplo, Moisés Naím, *The End of Power: From Boardrooms to Battlefields and Churches to States, Why Being in Charge Isn’t What It Used to Be* (Nova York: Basic Books, 2013); e Robert D. Putnam, *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community* (Nova York: Simon and Schuster, 2000).

8. Para um relato dessa mudança, ver Binyamin Appelbaum, *The Economists’ Hour: False Prophets, Free Markets, and the Fracture of Society* (Nova York: Little, Brown and Company, 2019).

9. Ivan Krastev; Stephen Holmes, “Explaining Eastern Europe: Imitation and Its Discontents”. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 3 (jul. 2018), pp. 117-28.

10. Roberto Stefan Foa, “Modernization and Authoritarianism”. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 3 (jul. 2018), pp. 129-40. [Ed. bras.: “Modernização e autoritarismo”. *Journal of Democracy em português*, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>.]

11. Steven Levitsky; Daniel Ziblatt, *How Democracies Die*. Nova York: Crown, 2018. [Ed. bras.: *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018]

## O fim da história revisitado\*

*Yascha Mounk*

*Yascha Mounk é professor associado de prática de assuntos internacionais da Universidade Johns Hopkins e autor de O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la (2019).*

Até pouco tempo atrás, os otimistas reinavam supremos. A democracia liberal, muitos argumentavam, era o regime mais justo e politicamente atraente. Já havia triunfado em muitos dos países mais militarmente dominantes, economicamente avançados e culturalmente influentes do mundo. Com o tempo, outros países certamente seguiriam o mesmo caminho.

A manifestação mais evidente desse otimismo foi a tese de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”. Escrevendo poucos meses antes da queda do Muro de Berlim, Fukuyama argumentava que a evolução ideológica da humanidade havia chegado ao fim. Embora vários movimentos políticos do século 20 houvessem prometido substituir o liberalismo ocidental, no final do século seu ímpeto havia arrefecido. O comunismo ainda poderia contar com “alguns fiéis devotos isolados” em lugares remotos como “Manágua, Pyongyang ou Cambridge, Massachusetts”,<sup>1</sup> mas já não era um adversário viável na disputa pela hegemonia ideológica. Sem alternativas críveis, o mundo era um lugar seguro para a democracia liberal: “O Estado que emerge no fim

\* Publicado originalmente como “The End of History Revisited”, *Journal of Democracy*, Volume 31, Número 1, January 2020. @ National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.



da história é liberal na medida em que reconhece e protege, através de um sistema jurídico, o direito universal do homem à liberdade, e é democrático na medida em que somente existe com o consentimento dos governados”.<sup>2</sup>

Muitos cientistas sociais rejeitaram por completo a obra de Fukuyama. Mas a verdade é que acadêmicos que nunca se atreveriam a fazer as afirmações ousadas que fizeram de Fukuyama uma celebridade mundial acreditavam em suposições igualmente radicais. De fato, talvez o artigo empiricamente mais influente sobre o futuro da democracia publicado desde 1989 tenha feito uma afirmação que, entendida da maneira apropriada, fosse ainda mais triunfalista. Segundo Adam Przeworski e Fernando Limongi, países que tivessem trocado de governante por meio de eleições livres e justas ao menos duas vezes, e que tivessem atingido um nível de renda anual per capita superior ao da Argentina em 1975 (o equivalente a 6.055 dólares “expressos em dólares constantes calculados em paridade de poder de compra (PPP) a preços de 1985” ou perto de 14.500 dólares a preços de 2019) seriam democracias consolidadas. Poderiam apreciar a vida eterna.<sup>3</sup> Como Przeworski, Limongi e outros dois autores argumentaram em um artigo anterior no *Journal of Democracy*, nesse ou acima desse nível de renda per capita, “é certo que a democracia sobreviverá, faça chuva ou faça sol”.<sup>4</sup>

Agora, quando a maré da história vira rapidamente, as hipóteses da teoria estão se invertendo. No curso de menos de uma década, a Grã-Bretanha votou pelo *Brexit*, os Estados Unidos elegeram Donald Trump, populistas autoritários assumiram o poder do Brasil à Índia, da Itália às Filipinas, e déspotas eleitos começaram uma intensa ofensiva à democracia liberal em Ancara, Budapeste, Caracas, Moscou e Varsóvia (bem como muitos outros lugares que recebem bem menos atenção dos jornais e periódicos acadêmicos).

Na medida em que as certezas de outrora se dissiparam pelo ar, virou moda generalizar os acontecimentos políticos recentes como “o fim do fim da história”.<sup>5</sup> Em muitos livros e ensaios sobre o assunto — incluindo o meu próprio —, a significância de acontecimentos recentes é explicitamente enquadrada em termos de evidência contra a tese de Fukuyama.<sup>6</sup> A história, canta um coro crescente a partir de um novo hinário, não acabou. Os valores da democracia liberal já não são hegemônicos, se é que foram um dia. Alguns autores vão além: à medida que as condições que tornaram a democracia liberal possível se enfraquecem, dizem eles, é possível que ela seja substituída pela democracia iliberal, autoritarismo competitivo ou mesmo ditadura. O que quer que venha a seguir, é certo que a era democrática acabou. Mas essas conclusões, nascidas de um trauma, correm o risco de ser tão precipitadas como as mais otimistas que as precederam.

### **A filosofia triunfalista da história**

A visão triunfalista da história que dominou intelectualmente até recentemente é fácil de ser descartada, em parte, por sempre ter sido pouco compreendida. No caso de Francis Fukuyama, esse mal entendimento começa pelo próprio título de sua mais famosa obra. Influenciado por Georg Wilhelm Friedrich Hegel e Alexandre Kojève, Fukuyama não escreveu seu ensaio como uma previsão de que certos eventos históricos não mais aconteceriam, mas como uma reflexão sobre o propósito da história: “Isso não significa dizer que não haverá mais eventos para encher as páginas das compilações anuais da *Foreign Affairs* sobre relações internacionais”, escreveu sorrateiramente nas páginas da rival novata da respeitável revista, a *National Interest*, “pois a vitória do liberalismo aconteceu, antes de tudo, no campo das ideias e da consciência e está ainda incompleta no mundo material”.<sup>7</sup>

Para os povos da Antiguidade, havia um pequeno número de regimes políticos básicos, cada qual propenso a se mostrar instável. Até o século 18, praticamente todos os filósofos compartilhavam essa suposição: o campo da política era, para eles, marcado por uma revolução cíclica e não por uma evolução intencional. Fukuyama argumenta que esse relato é insatisfatório porque não dá atenção suficiente para a capacidade humana de acumular conhecimento.

Conhecimento, de acordo com Fukuyama, molda as sociedades humanas de duas maneiras cruciais. Em primeiro lugar, a existência de uma feroz competição militar favorece o desenvolvimento e a sobrevivência de sociedades que abraçam o método científico. Em segundo lugar, o método científico também produzirá “mudança histórica direcional” por meio de uma “conquista progressiva da natureza para satisfazer os desejos humanos”. O desenvolvimento econômico, nessa visão, exige uma divisão cada vez mais sofisticada do trabalho, que desestabiliza sociedades tradicionais e corrói seu sistema de governança.

Se, por um lado, a existência da ciência ajuda a dissipar noções puramente cíclicas da história, também não dá às sociedades humanas um destino claro. De fato, embora Fukuyama pensasse que a maior capacidade de mercados de coordenar atividades econômicas complexas iria, em última medida, dar às sociedades capitalistas uma vantagem evolutiva sobre aquelas governadas por um sistema de planejamento central, ele contestava suposições clássicas de “teóricos da modernização” como Seymour Martin Lipset. Como mostrou a experiência de sociedades como Cingapura e (posteriormente) China, era possível obter rápido crescimento econômico e aumento exponencial dos padrões de escolarização sem que houvesse uma transição para a democracia liberal.<sup>8</sup> Para entender a crença de Fukuyama de que a história se move em direção à democracia liberal, é necessário, portanto, identificar um segundo motor da história: *thymos*.

É o desejo humano por reconhecimento, argumenta Fukuyama, que leva sociedades em direção a maior igualdade. Em uma monarquia, na qual o desejo por reconhecimento de apenas uma pessoa é satisfeito, muitos súditos reais aspirarão a um status maior. Em uma aristocracia, na qual apenas poucos homens e mulheres de origem nobre gozam de honra, os mais humildes ficarão tentados a tramar uma revolução. É somente em uma sociedade capaz de reconhecer o status igualitário de todos que tais contradições internas serão minimizadas. A maioria dos seres humanos, escreve Fukuyama, “têm também um orgulho timótico do próprio valor que os leva a exigir um governo democrático que os trate como adultos e não como crianças, que reconheça sua autonomia como indivíduos livres”.<sup>9</sup>

Isso nos ajuda a explicar por que a democracia liberal, segundo Fukuyama, possui um apelo maior do que qualquer outro sistema político. O comunismo e a teocracia são incapazes de produzir um amplo consenso e garantir liberdade significativa aos cidadãos. Apenas a democracia liberal proporciona aos cidadãos mais liberdade para viver a vida de acordo com suas próprias preferências e uma capacidade de determinar sua sorte coletiva. Essa é a fonte da atração duradoura que exerce, e a razão pela qual a história, em última medida, tende a testemunhar seu triunfo.

Isso também ajuda a explicar por que Fukuyama poderia ter acreditado que o liberalismo havia triunfado “no campo das ideias ou consciência” muito embora permanecesse “incompleto no campo da realidade ou do mundo material”. Como resultado do fracasso das alternativas totalitárias como o fascismo ou o comunismo, a democracia liberal havia se mostrado o único caminho crível de satisfazer o desejo da humanidade por reconhecimento. Embora a democracia esteja longe de ter conquistado o mundo todo — e algumas democracias podem até entrar em colapso —, nenhum outro sistema político pode afirmar que possui apelo comparável.

Essa ressalva resulta dos compromissos teóricos profundos de Fukuyama e efetivamente destrói as objeções mais simplistas à sua teoria. Como ele coloca, é um equívoco “citar o fracasso da democracia liberal num determinado país, ou até mesmo numa região do globo, como prova de fraqueza geral do regime”. Ainda assim, sua insistência de que “ciclos e descontinuidades não são incompatíveis com uma história direcional e universal, assim como a existência de ciclos econômicos não significa a negação da possibilidade de crescimento econômico a longo prazo”<sup>10</sup> levanta uma preocupação óbvia: a hipótese de Fukuyama é infalseável?

Embora Fukuyama não deixe tão claro quais fatos ou acontecimentos poderiam refutar sua tese como alguns gostariam, não acredito que ele esteja apresentando uma proposição infalseável (e, portanto, como discípulos de Karl Popper prontamente nos lembrariam, fora do campo do conhecimento científico).<sup>11</sup> Em particular, dois tipos de descobertas, se verdadeiras, sugeririam que a teoria de Fukuyama precisa de uma revisão urgente.

Em primeiro lugar, como o desejo por reconhecimento é universal entre os seres humanos que vivem em sociedades que alcançaram um certo nível de desenvolvimento histórico, podemos assumir que cidadãos de democracias liberais deveriam apreciar seu arranjo político. Isso implica que os habitantes de países como Alemanha, Itália ou Estados Unidos deveriam, a despeito de qualquer descontentamento que possam sentir em relação a políticas ou governos específicos, atribuir grande importância ao fato de viverem em uma democracia e rejeitar alternativas autoritárias ao status quo. Se não o fizerem, isso sugere que as contradições internas da democracia liberal são mais amplas do que Fukuyama sugere. Chamemos isso de “condição de consenso democrático”.

Em segundo lugar, cidadãos de países que não são democracias liberais deveriam, seja no curto ou no longo prazo, incomodar-se de for-

ma significativa com seu arranjo político. Isso implica que habitantes de países como Rússia ou China, apesar de toda a legitimidade desses governos advinda da estabilidade política ou do desempenho econômico, deveriam buscar maior liberdade individual e autodeterminação coletiva — idealmente, na forma de democracia liberal. Se alguma nova forma de regime conseguir suprir o desejo por reconhecimento de seus cidadãos, reconciliando suas contradições internas da mesma maneira que o faz a democracia liberal, então ninguém será capaz de alegar que a história chegou ao fim. Chamemos isso de “condição de contradições autocráticas”.

### **A ciência política empírica diz que a história chegou ao fim**

Muitos cientistas políticos ignoraram as ideias de Fukuyama, ridicularizaram-nas ou, de alguma forma, fizeram ambas as coisas. Isso se deve em parte a uma tendência acadêmica generalizada de evitar hipóteses muito chamativas. Mas isso também está ligado a uma mudança disciplinar mais ampla que se acelerou ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000: a vitória decisiva da ciência política quantitativa (com seu foco em estudos estatísticos ou modelos de escolha racional) sobre a ciência política qualitativa, seja na forma de teoria política ou de trabalhos empíricos baseados num conhecimento profundo sobre países e culturas específicos. A ironia desse orgulho acadêmico é que cientistas políticos quantitativos chegaram a conclusões que são espantosamente parecidas às de Fukuyama.

Por grande parte do período do pós-guerra, a chamada teoria da modernização dominou grande parte das ciências sociais. De acordo com Lipset, todas as coisas boas caminhavam juntas: à medida que as sociedades se desenvolviam economicamente e o nível de escolaridade dos cidadãos aumentava, suas atitudes sociais tornavam-se

mais liberais e eles demandavam maior participação nos assuntos da política. Ao observar que as sociedades ricas tinham probabilidade maior de serem democráticas, Lipset conjecturou que o processo de crescimento econômico causava uma democratização generalizada. A implicação era bastante otimista: à medida que o crescimento econômico se espalhasse por mais partes do mundo, o mesmo aconteceria com a democracia.<sup>12</sup>

Mas, assim como Fukuyama problematizou essa narrativa ao observar que algumas sociedades com alto nível de desenvolvimento econômico nunca pareciam fazer a transição para a democracia, outros cientistas políticos importantes dos anos 1990 começam a desafiar essa teoria “endógena” da democratização. Em seu influente ensaio, Przeworski e Limongi argumentaram que a narrativa habitual, segundo a qual o progresso econômico causava a emergência da democracia, estava equivocada. Na verdade, embora países de renda média passassem por transições para a democracia mais frequentemente do que os países mais pobres, as ditaduras mais ricas se mostraram as mais estáveis. Ao todo, parecia haver pouca evidência da ideia de que o desenvolvimento econômico gerasse a transição de países autocráticos para a democracia.

Em vez disso, a forte associação entre democracia e desenvolvimento econômico é mais bem explicada por fatores “exógenos”: embora experimentos democráticos surjam por fatores aleatórios, tanto em sociedades pobres como prósperas, o nível de desenvolvimento econômico de um país influencia fortemente sua probabilidade de sucesso. Segundo eles:

*Suponha que a probabilidade de ditaduras perecerem e de democracias emergirem seja a mesma em todos os níveis de desenvolvimento. [...] Mesmo que a emergência da democracia seja independente do nível de desenvolvimento, a probabilidade*

*de que tal regime sobreviva é maior no caso de um país rico. Esperaríamos, portanto, encontrar uma quantidade similar de democracias independentemente do nível de desenvolvimento, mas que elas pereçam nos países mais pobres e sobrevivam nos mais ricos. Portanto, a história gradualmente acumula democracias ricas, já que toda vez que uma ditadura morre em um país rico, a democracia chega para ficar.<sup>13</sup>*

Os dados empíricos parecem provar essa hipótese de maneira espetacular. Como escreveram Przeworski e Limongi em 1997: “O fato é que, durante o período de nosso estudo, ou mesmo antes, nenhuma democracia ruiu, independentemente de qualquer coisa, em um país com uma renda per capita igual à da Argentina em 1975: US\$ 6.055”.<sup>14</sup>

Esse importante artigo nunca mencionou Fukuyama. Nem seus autores citaram a já famosa frase sobre o “fim da história”. Mas é difícil interpretar suas afirmações de outra forma. Como defendia um consenso crescente na literatura, democracias são difíceis de ser instituídas. Mas, assim que cumprem um conjunto mínimo de critérios — uma vez que houve algumas mudanças de governo por meio de eleições livres e justas e que o país atingiu certo nível de desenvolvimento econômico —, elas se “consolidam”.<sup>15</sup> E então se tornam “o único jogo possível”<sup>16</sup> e podem “esperar viver para sempre”.<sup>17</sup>

As implicações surpreendentes dessas afirmações não devem ter passado percebidas pelos leitores à época. Afinal, um grande número de países já cumpria as condições estipuladas por Przeworski e Limongi. A América do Norte e a Europa Ocidental, grandes faixas territoriais da América Latina e parte da Ásia se qualificavam como regiões repletas de “democracias consolidadas”. Essas áreas, portanto, constituiriam o reduto indestrutível da democracia. Além disso, era natural assumir que aquelas partes do mundo que ainda não eram democráticas continuariam a obter algum crescimento econômico e, se



continuassem a flertar com a democracia em intervalos aleatórios, havia uma boa chance de que, por fim, acabassem entrando para a coluna de países democráticos. Resumindo, a democracia liberal dominaria o mundo.

### **Três desafios à visão triunfalista**

Os últimos anos representaram um desafio fundamental a essa autoconfiança extraordinária. Um ataque violento de más notícias, da eleição de Donald Trump às democracias agonizantes na Hungria e na Venezuela, serviu de inspiração a uma intensa bibliografia sobre a crise democrática.<sup>18</sup> Após a arrogância das décadas anteriores, essas obras representam uma importante sacudida. Mas, por focarem em uma ampla gama de fenômenos e se basearem em um conjunto muito dispar de abordagens metodológicas e disciplinares, a natureza do desafio elencado por esses trabalhos à filosofia triunfalista da história segue pouco compreendida.

Três acontecimentos empíricos inesperados minaram a crença na estabilidade garantida da democracia liberal em seu reduto tradicional da América do Norte e Europa Ocidental, sem falar da hegemonia democrática pelo mundo. Primeiro, como Larry Diamond registrou, está em curso uma longa “recessão democrática”: em cada um dos últimos treze anos mais países se afastaram da democracia do que se aproximaram dela. Segundo, como Roberto Stefan Foa e eu mostramos, muitas pessoas parecem ter se desencantado com a democracia liberal: em países do Reino Unido à Austrália, cidadãos tornaram-se mais críticos em relação à democracia liberal e mais abertos a alternativas autoritárias. Terceiro, e talvez mais importante, o plano de forças populistas de desafiar as regras e normas mais básicas da democracia liberal se intensificou em muitos países democráticos. Embora esses acontecimentos estejam fortemente interrelacionados, cada um apre-

senta um desafio distinto aos pressupostos triunfalistas do que está rapidamente se assemelhando a uma era anterior.

**A recessão democrática:** o mais direto e, à primeira vista, mais potente desafio consiste no recuo geral da democracia que o mundo vem presenciando ao longo dos últimos treze anos. Olhando para os últimos resultados da pesquisa anual *Freedom in the World* [Liberdade no mundo] da Freedom House, Larry Diamond mostrou em 2015 que mais países haviam se afastado da democracia do que ido em sua direção em cada um dos sete anos anteriores. “Por volta de 2006”, escreveu, “a expansão da liberdade e da democracia no mundo sofreu uma interrupção prolongada”.<sup>19</sup> Desde que Diamond percebeu pela primeira vez essa tendência preocupante, a democracia continuou perdendo território ano após ano. Quando a Freedom House publicou a edição de 2019 do *Freedom in the World*, a organização lamentava o que chamava de “13º ano consecutivo de declínio da liberdade global”.<sup>20</sup>

Em países tão diversos quanto Quênia, Filipinas e Rússia, o retrocesso da democracia vem causando sofrimento humano em uma escala massiva. Em todos esses países, a piora da nota da Freedom House corresponde a jornalistas presos e críticos assassinados, ao aumento da corrupção e senso disseminado de desespero. Mas o recuo agregado da democracia não é, por si só, um desafio especialmente potente à filosofia triunfalista da história, nem na sua versão idealista nem na empírica.

Isso deve ao fato de que a recessão democrática atual pode não ser tão prejudicial às perspectivas futuras da democracia. Afinal, a maioria das piores na nota registrada pela Freedom House vem de países que cientistas políticos nunca esperavam se tornar democracias “consolidadas”. Quênia, Filipinas e Rússia, por exemplo, permanecem abaixo do limiar identificado por Przeworski e Limongi (em 2018, o PIB per capita desses países em dólar corrente eram estimados em US\$ 1.711; US\$ 3.103 e US\$ 11.289, respectivamente). Uma manobra

defensiva similar também está disponível a Fukuyama. Se a ideia de democracia liberal não se provar forte o bastante para resistir a circunstâncias inóspitas — como aquelas nas quais o motor científico da história ainda não resultou em progresso material suficiente —, isso pode postergar a manifestação plena daquela hipótese no mundo empírico, mas não sugere que essa manifestação nunca se concretizará.

De fato, muitas teorias antigas na ciência política podem facilmente acomodar — e, talvez, até prever — a observação de Diamond. Como argumentou Samuel P. Huntington em artigo seminal para o *Journal of Democracy*, a disseminação da democracia, historicamente, deu-se em uma série de ondas.<sup>21</sup> Cada uma dessas ondas foi seguida por uma onda reversa poderosa, que ajudou a explicar fenômenos como a ascensão do fascismo nos anos 1920 e a queda da democracia em jovens democracias africanas nos anos 1960. Dessa perspectiva, o grosso da recessão democrática de Diamond deveria simplesmente ser entendido como um revés que deveríamos sempre ter esperado que viesse após a expansão democrática dramática no fim do século 20.

**Uma mudança nas atitudes:** se a democracia estivesse em crise apenas nas partes do mundo onde suas raízes históricas são superficiais e a economia ainda não está madura, o desafio à filosofia triunfalista da história poderia ser contido. Mas o acontecimento mais impressionante das últimas duas décadas não é o retrocesso democrático vivido por Quênia, Filipinas e Rússia, mas o grau de descontentamento popular com o sistema que se tornou evidente em democracias tão antigas quanto as da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos.

Mesmo antes de Donald Trump ter sido eleito presidente dos Estados Unidos e o Reino Unido ter optado por deixar a União Europeia, Foa e eu alertamos nestas páginas que os cidadãos de algumas das democracias supostamente mais firmemente consolidadas do mundo estavam começando a ter uma visão mais pessimista de seus sistemas políticos.<sup>22</sup> Cidadãos mais jovens de hoje, por exemplo, têm menor

probabilidade do que os mais velhos de dizer que viver em uma democracia é absolutamente importante para eles. De maneira preocupante, não significa apenas que os cidadãos valorizem a democracia menos do que faziam anos antes — entre os grupos etários, também têm maior probabilidade de apoiar alternativas abertamente autoritárias à democracia.

Como vêm de democracias consolidadas com economias desenvolvidas e longa tradição democrática, esses achados sobre atitudes políticas lançam dúvidas mais sérias sobre a filosofia triunfalista da história do que a recessão democrática. Cientistas políticos que prometeram que democracias como a dos Estados Unidos viveriam para sempre assumiam que a democracia seria “o único jogo possível” assim que o sistema se instaurasse. O tamanho da insatisfação popular com as instituições democráticas, bem como uma abertura surpreendente a alternativas não democráticas, sugere que já não é mais o caso.

Por razões paralelas, esses achados também não combinam com a hipótese de Fukuyama sobre o fim da história. Democracias liberais, argumentou, são especialmente hábeis em satisfazer as aspirações básicas da humanidade. É natural, portanto, esperar que esses regimes gozem de um apoio mais profundo dos cidadãos cujas aspirações tenham sido satisfeitas. Longe de se sentirem satisfeitos, no entanto, os cidadãos estão, de fato, profundamente insatisfeitos com suas sociedades. Pareceria, portanto, que as democracias liberais sofrem de mais contradições fundamentais do que Fukuyama estava disposto a admitir. A condição de consenso democrático, aparentemente, foi violada.

Apesar de sugestivos, esses achados não são suficientes para destruir por completo a crença na filosofia triunfalista da história. Primeiro, esses achados ainda são preliminares. Embora haja uma forte evidência de uma perda significativa de legitimidade do regime em importantes democracias liberais, ainda não está clara a extensão dessa perda. Para responder à questão crucial de se a democracia liberal

gera tanta lealdade a ela quanto Fukuyama e cientistas políticos empíricos há muito acreditam, teremos que aguardar novos dados e a passagem do tempo. Em segundo lugar, falar é fácil. Um aumento na disposição a abrir mão da democracia liberal sugere que as contradições da democracia liberal são mais fortes do que muitos acreditaram. Mas seriam essas contradições o bastante para resultar no aumento de forças antidemocráticas viáveis? Ainda estamos por descobrir.

*A ascensão dos populistas:* no ano 2000, os populistas tinham representação em sete governos europeus e, em média, recebiam cerca de 8% dos votos no continente. No final de 2018, tinham representação em quinze governos, e receberam 26% dos votos.<sup>23</sup> A situação é certamente mais dramática fora da Europa: Donald Trump é atualmente o presidente dos Estados Unidos, Rodrigo Duterte o das Filipinas, e Jair Bolsonaro o do Brasil. No fim de 2019, três das maiores democracias do mundo — Brasil, Índia e Estados Unidos — são governadas por populistas.<sup>24</sup> Isso é, sem dúvida, a razão mais importante pela qual o clima triunfalista dos anos 1990 tem diminuído ultimamente.

Em praticamente todos os países nos quais movimentos populistas chegaram ao poder, eles começam a minar os elementos liberais do sistema político. Como primeiro passo, os líderes populistas atacam os direitos de indivíduos críticos ou de minorias impopulares. Na maioria dos casos, rapidamente vão além: quando transformam em arma retórica sua alegação de que representam exclusivamente o povo contra qualquer tentativa de limitar seu poder, líderes populistas tornam-se inimigos implacáveis do Estado de direito e da separação entre os poderes. Essa tendência é perfeitamente descrita pelo termo “democracia iliberal”.

Mas, embora seja de fato preciso dizer que os populistas geralmente tentam — e frequentemente conseguem<sup>25</sup> — transformar os países em democracias iliberais, é importante destacar que essa forma de regime parece ser altamente instável. Quando um presidente ou primeiro-mi-

nistro popularmente eleito consegue dismantelar o Estado de direito, já não há instituições independentes que possam garantir que a oposição tenha os direitos mais básicos, que o voto seja contado de maneira justa ou que o governante deixe o cargo se a vontade popular se voltar contra ele. Esse é o motivo pelo qual democracias iliberais frequentemente se veem diante de uma crise existencial: se a oposição tentar reverter o processo em direção ao iliberalismo, os líderes populistas tentam obter ainda mais controle. Se forem bem-sucedidos, a democracia iliberal se mostra apenas uma parada intermediária no caminho da ditadura eleitoral.

Há atualmente evidência suficiente desse processo acontecendo em democracias supostamente consolidadas, contestando a versão da ciência política de filosofia triunfalista da história. Peguemos o caso da Hungria. Desde que se tornou uma democracia novata no início dos anos 1990, o país teve várias alternâncias de poder por meio de eleições livres e justas. Graças a um crescimento econômico impressionante, possui atualmente um PIB per capita que o Fundo Monetário Internacional estima em 17.296 dólares em valores nominais e 33.707 em dólares PPP.<sup>26</sup>

Mas o país rapidamente deixou de ser uma democracia liberal. Nos anos recentes, o primeiro-ministro Viktor Orban e seu partido Fidesz tiraram o poder dos tribunais, dominaram grande parte da imprensa e realizaram um ataque sustentado à liberdade de expressão.<sup>27</sup> À luz do poder extremo de que dispõem atualmente, já não é mais defensável chamar a Hungria de uma democracia iliberal.<sup>28</sup> Resumindo, a Hungria é um dos primeiros países a completar sua transição de uma democracia liberal que, de acordo com Przeworski e Limongi, “viveria para sempre” para algo que, para todos os efeitos, pode ser chamado de ditadura eleita. Como tal, o país oferece um desafio fundamental ao otimismo que reinou supremo entre os cientistas políticos até bem pouco tempo atrás.

Mas a transição da Hungria de uma democracia liberal para uma ditadura com eleições — ou, nesse sentido, a ascensão do populismo de maneira mais ampla — também refutou a versão de Fukuyama da filosofia triunfalista da história? O que é óbvio é que os cidadãos do país não valorizam a liberdade individual e a autodeterminação coletiva o bastante para defender a democracia liberal contra seus inimigos populistas. Muito mais conclusivo do que as mudanças nas atitudes observadas em países como os Estados Unidos, isso demonstra uma ruptura da condição de consenso democrático, demolindo um dos pilares do argumento de que a democracia liberal é a estação final da história.

Curiosamente, no entanto, o que filósofos de outros lugares e épocas poderiam ter chamado de “significância histórica global” dos eventos na Hungria não se estende para o segundo pilar do otimismo de Fukuyama. De fato, embora haja hoje uma forte razão para acreditar que as contradições da democracia liberal vão muito além do que se havia pensado, ainda é muito cedo para dizer se os populistas serão capazes de construir regimes políticos nos quais essas tensões sejam menos severas. Se os populistas se provarem capazes de obter o consenso de suas populações no longo prazo, a condição de contradições autocráticas também seria violada, e pouco restaria do otimismo de Fukuyama. Mas, por ora, há forte razão para suspeitar que o projeto de justificar o governo autocrático com a promessa de falar em nome da vontade popular, com o tempo, provará ser, ao menos, igualmente difícil de se sustentar.

### **As contradições de ditaduras populistas**

Embora ultimamente tenha havido muita especulação sobre o futuro das democracias liberais, houve muito menos reflexão sobre como as ditaduras que emergem do populismo se comportarão no longo prazo. Ainda assim, essa questão é igualmente crucial para avaliar as

perspectivas de longo prazo da democracia liberal: irão países como a Hungria, que recentemente se transformaram de democracias liberais em ditaduras com eleições, permanecer autocráticos — ou esses novos regimes autocráticos, por sua vez, revelar-se-ão curtos intervalos de uma trajetória de zigue-zague em direção à consolidação da democracia liberal?<sup>29</sup>

Em seus estágios iniciais, as ditaduras frequentemente se beneficiam de um forte bônus advindo de sua autoridade carismática ou revolucionária. De fato, a grande popularidade que déspotas frequentemente gozam durante seus primeiros anos no cargo permite ao regime limitar a extensão da repressão sofrida.<sup>30</sup> Como resultado, a grande maioria dos cidadãos é capaz de escapar dos aspectos mais negativos da autocracia ficando longe da política. Enquanto se abstiverem de atividades de oposição, suas vidas — na família, e mesmo em organizações da sociedade civil, como igrejas ou clubes de xadrez — se parecerão como antes.

Mas a autoridade carismática ou revolucionária normalmente se dissipa. Os erros do ditador tornam-se mais evidentes à medida que os anos passam. Memórias da revolução ficam mais distantes. Sucessores do autocrata não gozam das mesmas habilidades políticas ou fonte de legitimidade. Essa perda de legitimidade torna-se especialmente perigosa para regimes autocráticos quando é agravada por choques exógenos — uma crise econômica global ou queda nos preços dos principais itens da pauta de exportação do país — ou quando os efeitos de longo prazo de uma má gestão, como a hiperinflação, começam a aparecer. Sob tais circunstâncias, um regime autocrático que já pareceu estável pode rapidamente entrar em um círculo vicioso à medida que a perda de legitimidade exigir maior repressão que, por sua vez, leva a uma queda ainda maior na legitimidade.

Essa dinâmica, obviamente, se aplica a muitas ditaduras — muitas das quais conseguem sobreviver por décadas, até mesmo séculos,



ajustando a repressão para o grau necessário. Mas há razões para pensar que isso pode se mostrar particularmente difícil para ditaduras com raízes na revolta populista. Há duas razões para isso: primeiro, esses países eram até recentemente livres, portanto, os cidadãos provavelmente se mostrarão preocupados quando a repressão começar a afetar suas vidas cotidianas. Como apontou Maquiavel, é particularmente difícil impor a autocracia a um povo acostumado com a liberdade.<sup>31</sup> Segundo, diferentemente de regimes autocráticos que alegam formas de autoridade religiosa ou tradicional ou se apoiam em uma rejeição explícita da democracia, a legitimidade de muitos desses governos depende fortemente da alegação de que são *mais* democráticos que seus antecessores. O imã alegar a necessidade de repressão em nome de Alá, ou um fascista justificar sua perseguição a dissidentes citando seu desejo de construir uma sociedade orgânica e hierárquica, é uma coisa. Outra completamente diferente é um populista, eleito com base na promessa de varrer as elites antidemocráticas, voltar os tanques contra seu próprio povo.

Em resumo, os últimos anos mostraram que muitos cidadãos de países como a Hungria estão dispostos a seguir com um regime que *alega* preservar a liberdade individual e a autodeterminação coletiva ao mesmo tempo em que destrói esses valores fundamentais. Isso mostra que a condição de consenso democrático não mais se aplica. Mas, como as autocracias que se apoiam no populismo ainda são jovens, temos pouca informação disponível se elas estarão mais aptas a gerir suas próprias contradições internas. E, se ficar claro que a condição de contradições autocráticas ainda se aplica, então ditaduras eleitas construídas por governantes como Orban podem se mostrar, em última medida, nada mais que um desvio no caminho tortuoso em direção à estabilidade democrática.

Disso segue que a tentadora frase “o fim do fim da história” é, por ora, prematura. A última década nos mostrou que a condição de

consenso democrático foi violada: as contradições internas da democracia liberal são mais profundas do que muitos, por muito tempo, pensavam. A condição de contradições autocráticas, no entanto, ainda pode valer: na atual conjuntura, pelo menos, não parece tão óbvio que qualquer alternativa sistemática à democracia liberal conseguirá ser mais bem-sucedida em evitar suas contradições internas.

Talvez uma proporção crescente de cidadãos diga que não se importa com a liberdade individual e a autodeterminação coletiva — e esteja disposta a votar em partidos e candidatos populistas — porque a democracia liberal é muito menos capaz de atender aos desejos humanos mais prementes do que seus defensores por muito tempo acreditavam. Mesmo depois de perderem suas liberdades, os antigos cidadãos de democracias liberais podem não lamentar sua perda. Mas parece igualmente plausível que a ascensão de populistas autoritários resulte por fim em uma contrarreação. Nesse cenário esperançoso, os cidadãos que se desencantaram com a democracia reconhecerão o que perderam quando acordarem para a realidade vivida de um regime autocrático — e, uma vez mais, embarcarão na importante luta pelo alinhamento do mundo real e material a suas ideias e consciência.

## Notas

1. Francis Fukuyama, “The End of History?”. *National Interest*, n. 16 (Summer 1989), p. 18.

2. *Ibid.*, p. 5.

3. Adam Przeworski; Fernando Limongi, “Modernization: Theories and Facts”. *World Politics*, v. 9, n. 2 (jan. 1997), pp. 155-83. Disponível em: <[http://pages.ucsd.edu/~mnaoi/page4/POLI227/files/page1\\_13.pdf](http://pages.ucsd.edu/~mnaoi/page4/POLI227/files/page1_13.pdf)>.

4. O artigo anterior é Adam Przeworski; Michael Alvarez; José Antonio Cheibub; Fernando Limongi, “What Makes Democracies Endure?”. *Journal of Democracy*, v.

7, n. 1 (jan. 1996), pp. 39-55. A citação é da p. 48. [Ed. bras.: “O que mantém as democracias?”. *Lua Nova*, n. 40-41 (ago. 1997), pp. 113-135.]

5. Um dos primeiros usos dessa frase é encontrado em Robert Kagan, “The End of the End of History”. *New Republic*, 23 abr. 2008. Usos mais recentes incluem Shadi Hamid, “The End of the End of History”. *Foreign Policy*, 15 nov. 2016. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2016/11/15/the-end-of-the-end-of-history>>; e Eli Friedman; Andi Kao, “The End of the ‘End of History’”. *Jacobin*, 1º abr. 2018. Disponível em: <<https://jacobinmag.com/2018/04/china-capitalism-communist-party-democracy-xi-jinping>>.

6. Yascha Mounk, *The People vs. Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It*. Cambridge: Harvard University Press, 2018, p. 3. [Ed. bras.: *O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.] Ver também Edward Luce, *The Retreat of Western Liberalism* (Nova York: Atlantic Monthly Press, 2017).

7. Fukuyama, op. cit., p. 4.

8. Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man*. Nova York: Free Press, 1992, p. 125. [Ed. bras.: *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992]

9. Ibid., p. xix.

10. Ibid., p. 48-50.

11. “It must be possible for an empirical scientific system to be refuted by experience.” Karl Popper, *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Hutchinson, 1959, p. 19. [Ed. bras.: *A lógica da pesquisa científica*, São Paulo: Cultrix, 2013]

12. Seymour Martin Lipset, “Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”. *American Political Science Review*, v. 53, n. 1 (mar. 1959), p. 69-105.

13. Przeworski; Limongi, op. cit., p. 158-9.

14. Ibid., p. 165.

15. Ver Scott Mainwaring; Guillermo O'Donnell; J. Samuel Valenzuela (Org.), *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective* (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992); e Andreas Schedler, "What Is Democratic Consolidation?". *Journal of Democracy*, v. 9, n. 2 (abr. 1998), pp. 91-107.

16. Juan J. Linz; Alfred C. Stepan, "Toward Consolidated Democracies". *Journal of Democracy*, v. 7, n. 2 (abr. 1996), pp. 14-33.

17. Przeworski; Limongi, op. cit., p. 165.

18. Ver, por exemplo, Steven Levitsky; Daniel Ziblatt, *How Democracies Die* (Nova York: Crown, 2018) [Ed. bras.: *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.]; William A. Galston, *Anti-Pluralism: The Populist Threat to Liberal Democracy* (New Haven: Yale University Press, 2017); e Mounk, op. cit.

19. Larry Diamond, "Facing up to the Democratic Recession". *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1 (jan. 2015), pp. 141-55.

20. Freedom House, *Freedom in the World 2019: Democracy in Retreat*. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019/democracy-in-retreat>>.

21. Samuel P. Huntington, "Democracy's Third Wave". *Journal of Democracy*, v. 2, n. 2 (Spring 1991), pp. 12-34. Disponível em: <<https://www.ned.org/docs/Samuel-P-Huntington-Democracy-Third-Wave.pdf>>.

22. Ver Roberto Stefan Foa; Yascha Mounk, "The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect". *Journal of Democracy*, v. 27, n. 3 (jul. 2016), pp. 5-17 [Ed. bras.: "A desconexão democrática". *Journal of Democracy em Português*, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>.]; Roberto Stefan Foa; Yascha Mounk, "The Signs of Deconsolidation". *Journal of Democracy*, v. 28, n. 1 (jan. 2017), pp. 5-15 [Ed. bras.: "Os sinais de desconsolidação". *Journal of Democracy em Português*, v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>.]; Roberto Stefan Foa; Yascha Mounk, "Online Exchange on 'Democratic Deconsolidation'". *Journal of Democracy*, 2017. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/online-exchange-democratic-deconsolidation>>; e Mounk, op. cit., cap. 3.

23. Martin Eiermann; Yascha Mounk; Limor Gultchin, “European Populism: Trends, Threats and Future Prospects”. *Tony Blair Institute for Global Change*, 29 dez. 2017. Disponível em: <<https://institute.global/insight/renewing-centre/european-populism-trends-threats-and-future-prospects>>.

24. A Indonésia, uma grande democracia eleitoral (população de cerca de 260 milhões), com nota da Freedom House de “parcialmente livre”, pode ser considerada como sendo governada por populista, mas é o caso menos claro entre esses.

25. Yascha Mounk; Jordan Kyle, “What Populists Do to Democracy”. *Atlantic*, 26 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2018/12/hard-data-populism-bolsonaro-trump/578878>>; bem como Jordan Kyle; Yascha Mounk, “The Populist Harm to Democracy: An Empirical Assessment”. *Tony Blair Institute for Global Change*, 26 dez. 2018. Disponível em: <<https://institute.global/insight/renewing-centre/populist-harm-democracy>>.

26. Em 1975, a Hungria tinha um PIB per capita de menos de 1,2 mil dólares por ano. No fim dos anos 1990, perto de quando Przeworski e Limongi escreviam sua obra, era de menos de 5 mil dólares por ano. Ver <<https://www.ceicdata.com/en/indicator/hungary/gdp-per-capita>>.

27. Nota do editor brasileiro: Em março de 2020, o Parlamento húngaro autorizou o Executivo a estender o estado de alarme por tempo indeterminado para combater a pandemia do Novo Coronavírus e o premiê Orban a governar por decreto, sem nenhum controle, inclusive parlamentar.

28. János Kornai, “Hungary’s U-Turn: Retreating from Democracy”. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 3 (jul. 2015), pp. 34-48

29. Num estudo magistral sobre o desenvolvimento político europeu, Sheri Berman argumenta que esse tipo de trajetória zigue-zague foi de fato o modo padrão de consolidação no passado. Ver Sheri Berman, *Democracy and Dictatorship in Europe: From the Ancien Régime to the Present Day* (Nova York: Oxford University Press, 2019).

30. Para reflexões clássicas sobre o papel da autoridade carismática na democracia e na ditadura, ver o primeiro volume de Guenther Roth; Claus Wittich (Org.), *Max Weber—Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, 3 vols. (Nova York: Bedminster, 1968). Ver também Carl J. Friedrich, “Political Leadership and the

Problem of the Charismatic Power”. *Journal of Politics*, v. 23, n. 1 (fev. 1961), pp. 3-24; e Ian Kershaw, “‘Working Towards the Führer.’ Reflections on the Nature of the Hitler Dictatorship”. *Contemporary European History*, v. 2, n. 2 (jul. 1993), pp. 103-18.

31. Nicolau Maquiavel, *Discourses on Livy*, livro 1, cap. 4. [Ed. bras.: *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.]

# Os iranianos se afastam da República Islâmica\*

*Ladan Boroumand*

*Ladan Boroumand é cofundadora e pesquisadora sênior do Centro Abdorrahman Boroumand pelos Direitos Humanos no Irã. Atualmente escreve um livro sobre as mudanças sociais importantes que estão acontecendo na República Islâmica do Irã.*

Há pouco mais de quatro décadas, quando um clérigo muçulmano xiita chamado Aiatolá Ruhollah Khomeini surgiu no Irã e no cenário político mundial como chefe de um projeto teológico-político sem precedentes, poucas pessoas no Ocidente perceberam que estavam testemunhando o nascimento de um novo concorrente ideológico da visão de mundo liberal-democrática. Por décadas após Khomeini lançar sua revolução islâmica no Irã, os Estados liberais-democráticos do mundo não foram capazes de perceber que o radicalismo islâmico era uma ameaça ideológica direta, muito embora, desde sua concepção, o regime tenha declarado que seu principal inimigo era a democracia ocidental.<sup>1</sup>

Durante essas décadas decisivas, o islamismo, em suas várias formas, espalhou-se pelo mundo e, atualmente, tem como alvo a democracia liberal e seus valores no coração das democracias ocidentais. Além disso, o medo do islamismo (e da imigração como sua propagadora) abriu o caminho para o ressurgimento de movimentos naciona-

\* Publicado originalmente como “Iranians turn away from the Islamic Republic”, *Journal of Democracy*, Volume 31, Número 1, January 2020. @ National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

listas iliberais nas democracias ocidentais, permitindo que demagogos ganhassem influência e, por vezes, vencessem eleições. Até mesmo o ressurgimento do autoritarismo na Rússia foi justificado a partir da evocação dos males que um islamismo violento poderia provocar, como ficou evidente no massacre numa escola de Beslan em 2004.

É no Irã que o islamismo — ou, ao menos, uma vertente dele — mostrou-se capaz de prover a base para um projeto político de longa duração. Em fevereiro de 2019, a República Islâmica do Irã celebrou seu quadragésimo aniversário. Foi a República Islâmica que começou a exportar a ideologia islâmica por meio de uma vasta rede de propaganda, bem como a fornecer armas, treinamento e dinheiro (grande parte do qual desviado das exportações de petróleo do Irã) para uma miríade de grupos terroristas islâmicos, tanto xiitas quanto sunitas.<sup>2</sup>

As vitórias expansionistas da República Islâmica no “Sudoeste Asiático” foram alguns dos feitos do sucessor de Khomeini, o Líder Supremo Ali Khamenei, celebrado no quadragésimo aniversário do regime. Mas as demonstrações em massa contra a República Islâmica e sua influência que surgiram no Iraque e no Líbano em outubro de 2019, e depois no próprio Irã em novembro, lançaram uma forte luz sobre uma realidade bem menos gloriosa para o regime iraniano e sua ideologia islâmica totalitária. Enquanto as pessoas do Iraque e do Líbano pedem o fim da intervenção do Irã nos assuntos internos de seus países, os iranianos estão demandando a dissolução do regime clerical, incluindo frases como “morte ao ditador!”.

No momento em que este texto estava sendo escrito, em dezembro de 2019, a repressão brutal das manifestações dentro do Irã pelo regime havia, de acordo com estimativas conservadoras, matado mais de duzentas pessoas. Essas manifestações foram uma reprise de protestos que haviam irrompido por todo o país no fim de 2017 e que continuaram até agosto de 2018. A recorrência de intensos protestos popula-



res menos de dois anos depois indica que, dentro do Irã, a República Islâmica não apenas falhou ao promover a ideia de Khomeini de uma sociedade islâmica virtuosa, mas, de fato, enfrenta uma rejeição generalizada de sua ideologia.

Em comum com outros islâmicos, Khomeini afirma que o Alcorão, o livro sagrado do Islã, e a Suna, suas tradições proféticas, são fontes de uma ampla legislação que é diretamente aplicável em qualquer momento a todas as sociedades humanas.<sup>3</sup> Khomeini concebeu seu projeto teológico-político para curar o que via como a corrupção das sociedades muçulmanas ocidentalizadas e para estabelecer o reino de Deus na Terra.<sup>4</sup> Khomeini negou a identidade nacional iraniana, preferindo substituí-la pelo conceito islâmico de *umma*, a comunidade transnacional de fiéis.

A pedra fundamental de seu projeto era a doutrina *velayat-e faqih*, que significa a tutela (suprema) do jurista islâmico. Um *faqih* é um especialista em direito islâmico. Khomeini declarou que Deus havia designado o *faqih* de mais alto escalão para agir como sucessor de Moisés, reverenciado pelos muçulmanos como o último e mais importante dos profetas, em todas as matérias — incluindo política e governo. A supremacia absoluta do jurista islâmico é a base para o cargo de líder supremo da República Islâmica do Irã, um cargo que, por definição, rebaixa os cidadãos ao status de menores e nega a soberania popular. Khomeini seria o primeiro a ocupar o cargo.

Em sua forma tradicional, o conceito de *velayat-e faqih* possuía um alcance modesto. Aplicava-se a questões sociais específicas, como a gestão de certos tipos de propriedade e o cuidado de órfãos e de pessoas sem uso pleno de suas faculdades mentais. Essa tutela limitada não era um mandato geral para governar. O sistema político instaurado pelo Aiatolá Khomeini é algo completamente diferente, já que no centro está um clérigo “guardião” absolutamente supremo supervisionando a sociedade como um todo. Esse sistema segue sendo contro-

verso nos níveis mais altos do Islã xiita. De fato, a maioria dos grandes aiatolás nunca aceitaram a absolutização da guarda por Khomeini e se recusam até hoje a aceitar sua afirmação de que a autoridade clerical se estende aos assuntos da política.<sup>5</sup>

### **Khomeini: sofisma e usurpação**

O talento de Khomeini era o de pegar sua controversa versão expandida de uma prerrogativa clerical tradicional e combiná-la com uma ideologia revolucionária moderna profundamente influenciada pelo leninismo. O amálgama não teria sido bem-sucedido sem sofisma jurisprudencial e usurpação religiosa. O sofisma foi a transformação perversa por Khomeini da prerrogativa civil limitada da tutela clerical em uma prerrogativa política extensa e absoluta. A usurpação foi tomar para si o título de “imã”.

Na tradição xiita, os imãs são doze sucessores infalíveis e imaculados da autoridade profética de Maomé, que lhe foi dada por Deus. Para o desespero do *establishment* xiita tradicional, o fundador da República Islâmica adotou o título de “Imã” Khomeini, colocando-se, portanto, no mesmo nível dos doze imãs. Por meio dessa usurpação, ele transformou o relacionamento pessoal entre um guia espiritual escolhido e seus seguidores em algo político — a completa obediência de um povo a seu líder carismático.

A capacidade de Khomeini de juntar esses elementos em uma ideologia político-religiosa totalitária ajudou-o a atrair uma gama de seguidores diversos com objetivos e ideias diferentes. Todas essas pessoas projetaram suas aspirações mutuamente incompatíveis em Khomeini. Jovens radicais, inspirados por Che Guevara, Fidel Castro, Frantz Fanon ou pela guerra de independência da Argélia viam Khomeini como um combatente contra a injustiça, o capitalismo e o imperialismo ocidental. Clérigos xiitas de baixo escalão o viam como a autoridade tran-

sitória da religião sobre uma sociedade modernizante. Opositores de classe média da dinastia Pahlavi, que havia governado o país desde os anos 1920, viam Khomeini como alguém que traria a liberdade, combateria a corrupção e bloquearia os comunistas. Nacionalistas liberais da velha guarda consideravam-no um instrumento útil na tentativa de unir a nação, livrar-se do xá e restaurar o Estado de direito e a independência do Irã. As classes mais baixas, que demoraram para aderir ao movimento, por fim saudaram Khomeini como o “Imã”, o há muito esperado salvador que melhoraria suas condições de vida e garantiria sua salvação.

Enquanto esses seguidores criavam fantasias sobre quem Khomeini era e o que faria por eles, ele planejava reprimir a liberdade individual. Assim como a URSS havia se dedicado à criação de um novo *homo sovieticus*, Khomeini assumiu como objetivo a criação de um novo *homo islamicus* em uma sociedade purificada. Esse era o verdadeiro coração de sua missão e definia seu caráter totalitário moderno. Alegava possuir um mandato dividido para governar e relegou à vontade popular um papel secundário, na melhor das hipóteses.<sup>6</sup>

A constituição que Khomeini e seus aliados criaram para a República Islâmica em 1979 estabelece um regime absolutista cujas forças armadas, tribunais e imprensa estão sujeitas à autoridade direta do líder supremo não eleito. O documento também cria um sistema para triar e vetar candidatos que transforma eleições em um mecanismo de cooptação, útil para controlar a competição dentro da oligarquia governista, mas propositalmente incapaz de produzir um resultado verdadeiramente democrático. Os grandes aiatolás que se opuseram à versão politizada do Islã de Khomeini foram silenciados, colocados em prisão domiciliar ou expulsos por promover um “Islã americano”. A cisão entre os clérigos sobre a legitimidade religiosa do projeto de Khomeini não arrefeceu. Ao longo das décadas, levou a um aprofundamento do desejo por reformas.

Khomeini revelou a verdadeira natureza de seu projeto assim que começou a enfrentar resistência, o que aconteceu muito rapidamente. As mulheres foram às ruas protestar contra o código de vestimenta e outras formas de discriminação. Não muito tempo depois, os curdos, turcomanos, sunitas e revolucionários de esquerda pegaram em armas contra a teocracia emergente. A liberdade de imprensa foi suspensa em agosto de 1979. Em dezembro, todo o Azerbaijão iraniano se rebelou contra a constituição despótica, sendo reprimido com a cumplicidade de forças “islamomaxistas” e “anti-imperialistas” (pró-soviéticas). Vigilantes que contavam com o apoio do regime começaram a aterrorizar o povo do Irã. Seguindo os passos dos jacobinos e de Lênin, Khomeini criou tribunais para aniquilar sumariamente dissidentes, bem como comitês revolucionários para fiscalizar todos os cidadãos.

No final de 1985, após milhares de execuções sumárias e extrajudiciais, todas as forças políticas anteriores à revolução islâmica haviam sido desmanteladas e seus líderes silenciados, presos, exilados ou mortos. Quase dois milhões dos cidadãos mais ativos e educados haviam deixado o Irã. Milícias e grupos paramilitares garantiam o cumprimento das restrições culturais de Khomeini. A polícia moral invadiu as vidas privadas dos cidadãos. O partido (comunista) pró-soviético Tudeh apoiou o regime, que desapropriava a riqueza, confiscava bancos e estatizava indústrias para transformar o Irã em um Estado socialista.

Quando Khomeini faleceu aos 86 anos, em junho de 1989, o regime conseguiu realizar uma transferência pacífica de poder para seu sucessor Khamenei. Embora fosse não ortodoxa, quase herética, a nova ideologia islâmica provou-se capaz de sobreviver à morte de seu carismático inventor. Mas a onda de execuções extrajudiciais lançada pelas autoridades quando o fim de Khomeini se aproximava contava outra história. A matança continuou e, após uma década de governo de

Khomeini, mais de três mil prisioneiros políticos haviam sido assassinados e centenas de intelectuais dissidentes e opositores, exilados. Se os inimigos da revolução islâmica haviam sido derrotados, por que o regime parecia tão ansioso por varrer poetas e escritores, acadêmicos do antigo Irã, líderes nacionalistas não violentos e isolados, padres cristãos e cidadãos *bahá'í*?

O que conectava as vítimas era que, ao exigir liberdade de pensamento, haviam explicitamente rejeitado o ideal do *homo islamicus* estabelecido pela República Islâmica. Não eram capazes de derrotar politicamente o regime, mas sua mera existência sugeria um fracasso do regime. Isso os tornava ainda mais subversivos e “objetivamente” perigosos numa época em que o regime se deparava com uma crise ideológica dupla, ainda invisível, que se desenrolava na própria estrutura de poder.

Pouco mais de uma década após a fundação da República Islâmica, o componente ideológico revolucionário socialista leninista naufragava. Isso era verdade não apenas pelo fracasso das economias socialistas, mas também porque a *glasnost* e a *perestroika* da URSS, na época governada por Mikhail Gorbatchov, haviam começado a minar as convicções ideológicas de esquerda entre os apoiadores de Khomeini. Em janeiro de 1989, Khomeini escreveu uma carta ao líder soviético (no poder desde 1985), aconselhando-o a não recorrer a remédios ocidentais para os problemas econômicos e sociais do comunismo soviético. O verdadeiro objetivo, insistiu o aiatolá, era “ao ‘derrubar o muro’ das ilusões marxistas, não ser aprisionado pelo Ocidente e o Grande Satã”.<sup>8</sup>

Khomeini nunca havia sentido a necessidade de escrever a um oficial soviético de alto escalão criticando a guerra comunista contra Deus, mas a ideia de soviéticos se aproximando de hábitos ocidentais pôs fim ao silêncio do aiatolá. Khomeini não via problema em o comunismo negar a liberdade das pessoas; sua objeção era simplesmente

fazê-lo em nome do materialismo histórico. Por Ocidente e o Grande Satã, Khomeini se referia — em um nível mais profundo — aos princípios da democracia liberal.

### **A ameaça do reformismo xiita**

O segundo e ainda maior componente da crise ideológica da República Islâmica veio não de fora das fronteiras iranianas, mas de dentro do próprio regime. Clérigos revolucionários e intelectuais islâmicos desiludidos lideraram essa crise. Tradicionalistas nos influentes seminários xiitas do Irã há muito criticavam a ideologia de Khomeini do ponto de vista do antigo e tradicional “quietismo xiita”, segundo o qual religiosos devem se abster de envolvimento com assuntos políticos, o oposto da ideia de um Islã político em que religião e política são indissociáveis.

Uma importante figura entre esses clérigos que se opunham ao projeto teológico-político de Khomeini desde o início era o ilustre acadêmico Mehdi Haeri Yazdi, filho do fundador da Escola de Qom (o principal centro de estudos islâmicos do Irã) e discípulo de Khomeini, mas também da filosofia ocidental (com foco especial no pensamento de Immanuel Kant). Haeri Yazdi expôs o sofisma terminológico de Khomeini e a nulidade de seus argumentos religiosos de tutela absoluta.<sup>9</sup> Inspirado por seu próprio entendimento clássico dos ensinamentos do Alcorão, Haeri Yazdi restaurava o indivíduo autônomo com livre-arbítrio como um postulado necessário tanto para o Islã enquanto religião como para as bases do corpo político.

Seu forte posicionamento contra a teoria política de Khomeini e outras políticas do regime fizeram com que Haeri Yazdi fosse posto em prisão domiciliar de 1980 a 1983. Suas críticas à tutela absoluta foram publicadas no Ocidente em farsi em 1995 e disponibilizadas ao público em geral. O que diferenciava Haeri Yazdi dos aiatolás que-

tistas tradicionais era o fato de ele abordar o desafio da modernidade e, com base em princípios xiitas, elaborar uma teoria política democrática.

A refutação teológica moderna de Haeri Yazdi não era apenas uma contestação religiosa da ideologia do Estado iraniano pós-revolução. No final dos anos 1980, uma revolta estava se formando entre os proponentes de um Islã político revolucionário. Um desses militantes islâmicos era Abdolkarim Soroush, que no início dos anos 1990 rejeitou a validade do conceito de tutela absoluta e até mesmo questionou o monopólio clerical da interpretação religiosa.<sup>10</sup> Soroush não era um clérigo, mas havia sido um protagonista da revolução cultural islâmica e era um importante intelectual público com grande audiência entre os estudantes muçulmanos.

Outro teólogo reformista, o antigo clérigo revolucionário Mohsen Kadivar, argumentava que o Alcorão não é um “livro jurídico”, mas um livro de guia espiritual. Os métodos de governo de Maomé, argumentava Kadivar, deveriam ser vistos como apropriados aos tempos de Maomé — a alvorada do Islã, catorze séculos atrás —, mas não necessariamente à nossa época. Para se opor ao Deus violento e rancoroso do regime de Khomeini, Kadivar cunhou o termo “Islã misericordioso”, que reconhece a completa liberdade individual de pensamento e consciência e proíbe qualquer punição neste mundo para a blasfêmia ou a apostasia.<sup>11</sup>

Outro antigo proponente de um Islã político, o teólogo dissidente Mohammad Mojtabeh Shabestari, propunha uma nova maneira de ler textos religiosos que defendia o individualismo moderno, a democracia e os direitos humanos. A despeito de sua ausência nos textos islâmicos, escreve ele, esses conceitos são úteis à ideia de justiça natural que, de acordo com os ensinamentos islâmicos, é o objetivo maior do corpo político.<sup>12</sup>

O fracasso da presidência reformista de Mohammad Khatami (1997-2005), seguido da repressão brutal do movimento Revolução Verde — a última tentativa coletiva de encontrar a face humana do Islã — pelo regime em 2009 convenceu Soroush, Kadivar e muitos outros clérigos e intelectuais menos conhecidos de que a democracia religiosa em que acreditavam era uma ilusão. Essas figuras discordavam entre si sobre importantes questões teológicas, mas tinham as mesmas visões sobre humanidade e sobre o papel da religião na esfera pública. De acordo com a visão correta do Islã, defendiam, os domínios da política e da religião não se misturam. Deus criou os humanos com autonomia e livre-arbítrio, nomeou-os seus representantes na Terra e dotou-os de razão natural suficiente para lidar com os assuntos mundanos. Se definirmos secularismo como um ponto de vista que não é antirreligioso, mas que separa a religião da esfera política e demanda que o Estado seja neutro em questões religiosas, estamos atualmente vivendo o desenvolvimento de uma teologia liberal secular favorável à democracia dentro do Islã xiita.

Embora muitos clérigos iranianos sejam abertamente apolíticos, apenas alguns são abertamente reformistas. Como esses poucos podem oferecer um contrapeso aos muitos ideólogos do regime, com seu vasto financiamento e acesso à imprensa estatal? Como no resto do mundo, as redes sociais são amplamente usadas no Irã. Ideias circulam e alcançam seminaristas xiitas. Tanto quietistas tradicionais como reformistas modernos são recrutados a partir das escolas religiosas do Irã. Desde 2012, o líder supremo Khamenei vem constantemente brandando contra o secularismo nos seminários e condenou forças que, segundo ele, estariam tentando separar essas instituições do governo da República Islâmica. Outros aiatolás influentes do regime falaram repetidas vezes sobre a influência que a teologia xiita reformista exerce nos seminários e lamentaram a moda entre jovens seminaristas de professar sua falta de interesse na política.



Ideias liberais seculares e as controvérsias em torno delas possuem um alcance para além das escolas religiosas. Clérigos refratários pregam a teologia liberal ao público. Em janeiro de 2019, o Tribunal Clerical Especial excomungou Hasan Aghamiri, também conhecido como o “clérigo do Telegram”, por seu uso daquele aplicativo de mensagens criptografadas. Ele também recebeu uma sentença de prisão de dois anos, com suspensão condicional. Seu verdadeiro crime foi o uso de seus talentos consideráveis de pregação para promover o “Islã misericordioso” de Kadivar. Aghamiri tem cerca de duzentos mil seguidores no Telegram e 2,3 milhões no Instagram. O Islã misericordioso é importante o bastante para o líder supremo Khamenei atacá-lo diretamente. Em discurso em 11 de julho de 2015, Khamenei fez um alerta a estudantes universitários: “Às vezes, palavras de ordem entoadas parecem islâmicas, mas seu conteúdo não é islâmico”. O Islã misericordioso é uma dessas palavras, continuou: “O termo ‘Islã misericordioso’ é uma palavra-chave para conceitos baseados no liberalismo, ou o que é chamado de liberalismo no Ocidente”. No mesmo discurso, Khamenei associou “Islã misericordioso” a “valores americanos”, ou seja, aqueles consagrados na Declaração de Independência e promovidos por “George Washington, seus assessores e sucessores”.<sup>13</sup>

A essência da versão do Islã do regime é negar o indivíduo autônomo, enquanto a essência do “Islã americano” é afirmar o indivíduo e o livre-arbítrio desse indivíduo. A teologia liberal xiita possui o mérito de forçar o islamismo revolucionário a revelar seu fracasso em produzir uma teoria alternativa de Estado e uma sociedade capaz de se contrapor ao modelo liberal-democrático.

Por que os seminaristas estão se distanciando do regime e prestando atenção a um punhado de teólogos liberais? É porque os seminaristas temem que os iranianos estejam perdendo a fé no Islã. Essa alienação tem crescido desde o início da República Islâmica. Em 2000, uma pesquisa oficial mostrou que 75% de todos os iranianos e 86%

dos estudantes não tinham o hábito de rezar. Em 2009, metade das mesquitas do país haviam se tornado inativas.<sup>14</sup>

## O crescimento de outras crenças

A sociedade iraniana não espera que a teologia xiita oficial se reforme. Em uma forma de dissidência altamente subversiva, mas ainda pouco percebida, um número considerável de pessoas vem escolhendo outras alternativas espirituais. Várias vertentes de misticismo — algumas tradicionais, algumas modernas, algumas islâmicas, outras não — têm atraído muitos seguidores.

À medida que as mesquitas se esvaziam, centros de oração sufistas vêm atraindo público. Os serviços de inteligência do regime alertam que antigos militantes do Hezbollah desiludidos vêm sendo atraídos por denominações sufistas.<sup>15</sup> A única ordem ativa abertamente sufista, a dos dervixes de Gonabadi (que alega ter quatro milhões de seguidores), tem sido vítima de repressões violentas desde meados dos anos 1990. Seu website (*majzooban.org*) promove os ensinamentos do teólogo reformista e defensor dos direitos humanos Shabestari. O fechamento e a destruição de centros de oração em Gonabadi, a prisão e a perseguição de seu líder espiritual Nur Ali Tabandeh e as prisões, espancamentos e execuções sofridos pelos devotos de Gonabadi revelam um regime que ataca ao perder seus seguidores mais fervorosos para um tipo espiritual e não legalista de Islã.

Ver as pessoas abandonarem a ortodoxia oficial para uma forma tradicional de Islã espiritual com uma longa história no país não é o único desafio que a República Islâmica enfrenta na frente religiosa. Outros iranianos estão abandonando por completo o Islã. Relatos de recém-convertidos sugerem que buscam um Deus carinhoso e pacífico para substituir o Deus violento e vingativo promovido pelo regime.<sup>16</sup> O Irã atual apresenta a taxa mais alta de cristianização do mundo; exe-

cuções extrajudiciais de pastores cristãos, restrições às atividades de igrejas e prisões e perseguições a recém-convertidos não impediram essa tendência.<sup>17</sup>

Em 1979, havia cerca de quinhentos cristãos iranianos de origem muçulmana xiita.<sup>18</sup> É difícil obter números precisos, mas, em 2005, o especialista em demografia cristã Patrick Johnstone estimou que esse número girava em torno de quarenta mil.<sup>19</sup> Hoje, apenas uma década e meia mais tarde, o número total de cristãos no Irã (incluindo convertidos, assim como membros de minorias cristãs tradicionais) é estimado em cerca de um milhão de pessoas, de uma população total de aproximadamente 83 milhões.<sup>20</sup>

Estatísticas sobre os que simplesmente abandonaram as religiões organizadas — seja optando por uma forma geral e sem filiação religiosa de teísmo, agnosticismo ou ateísmo — são ainda mais difíceis de se obter do que o número de convertidos ao cristianismo. Em novembro de 2019, a página do Facebook dos “iranianos ateus e agnósticos” tinha cerca de 192 mil seguidores. Embora não haja estatísticas sobre a conversão de muçulmano para *bahá’i* no Irã, a perseguição incessante do regime a essa pacífica minoria pode sinalizar o temor de seu forte apelo religioso. Atualmente com milhões de devotos pelo mundo, a fé *bahá’i* é de origem iraniana, tendo começado entre dissidentes xiitas na Pérsia do século 19. Em nítido contraste com o que prega a República Islâmica, as crenças bahaístas afirmam a igualdade de gênero, a separação da autoridade política da religiosa e uma organização da religião democrática e não clerical.

A fascinação dos iranianos com o zoroastrismo, a religião pré-islâmica da antiga Pérsia, é outro fenômeno preocupante para o regime. A República Islâmica financia seminários e publicações para contrapor a tendência entre os iranianos de buscar sua identidade nacional entre as glórias da Pérsia pré-islâmica. Perto do fim de outubro de 2016, milhares de pessoas se reuniram no centro-sul do Irã perto da tumba de

Ciro, o Grande, fundador do primeiro Império Persa. Lá, celebraram o feriado anual não oficial que o homenageia, entoando palavras de ordem como “o Irã é nosso país, Ciro é nosso pai”. Um clérigo de alto escalão do regime condenou os participantes do encontro, questionando como ousavam “se reunir perto da tumba de Ciro e usar as mesmas expressões [sobre Ciro] que utilizamos para nosso líder supremo”.<sup>21</sup> Desde então, o regime proibiu esse encontro anual.

Khomeini aboliu a legislatura existente no Irã, substituindo a Assembleia Nacional e o Senado pela Assembleia Consultiva Islâmica e doze membros do Conselho de Guardiões. A mudança de adjetivos não foi por acaso: Khomeini colocava a identidade nacional iraniana bem atrás da identidade islâmica. Iranianos que buscam resgatar aquela identidade nacional são outro indicador da crise ideológica do regime.

## Rejeitando a República Islâmica

A crise se revelou nas ruas entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, quando protestos se espalharam por oitenta cidades iranianas. Imãs responsáveis pelas orações de sexta-feira tiveram seus escritórios incendiados, assim como o quartel-general da propaganda do governo. Pessoas entoavam palavras de ordem condenando o modo como o regime trata dos problemas sociais, econômicos e culturais da nação. Manifestantes deixaram claro que rejeitavam por completo a ideologia do regime com slogans como “morte à *velayat-e faqih*”, “o Líder tornou-se um Deus, enquanto as pessoas pedem esmolas” e “nosso inimigo é interno, mentem quando dizem que é a América”. Demandas por uma república secular ou até mesmo pelo retorno da monarquia também foram ouvidas. Em fevereiro de 2018, houve um enorme confronto de rua entre forças de segurança e sufistas de Gonabadi que protestavam contra a prisão de Tabandeh e detenções arbitrárias de outros sufistas.

Desde 1979, as mulheres vêm enfrentando o governo totalitário. Receberam multas, insultos, açoitamento, sentenças de prisão e até pena de morte por terem insistido em sua dignidade e seus direitos. Atualmente, algumas desafiam abertamente o código de vestimenta do regime, removendo seus véus afrontando forças de segurança. Ao deixar o véu de lado, mostram que não aceitam a legitimidade reivindicada pelo regime para interpretar a religião em seu lugar ou impor a elas uma regra religiosa. Nas ruas do Irã, essas mulheres encarnam as ideias de liberdade de pensamento e do princípio de separação entre religião e autoridade civil.

Observando para onde apontam essas palavras e ações radicais, e atendendo às demandas populares pelo fim do governo teocrático, os defensores dos direitos civis e humanos do Irã buscaram dar uma voz clara ao movimento. Após a onda de protestos de 2017-18, quinze importantes dissidentes (alguns na prisão ou em exílio) emitiram um comunicado pedindo um referendo popular para assegurar uma transição pacífica para um “regime parlamentarista democrático secular”. Em junho de 2019, catorze ativistas incitaram as pessoas a demandar a renúncia de Khamenei e a elaboração de uma nova constituição. Em agosto de 2019, catorze ativistas, em nome dos direitos das mulheres, culpavam o regime por suas leis discriminatórias contra as mulheres e demandaram uma democracia secular. Também se dirigiram não às autoridades, mas ao povo do Irã. Pouco tempo depois, catorze ativistas mulheres em exílio assinaram uma declaração em apoio às mulheres do Irã, jurando fazer com que suas vozes sejam ouvidas pelo mundo. Desde então, internautas iranianas — a língua persa segue sendo a terceira mais usada na internet — lançaram uma campanha de apoio chamada “sou a décima quinta”.

No conjunto, os desdobramentos religiosos e ideológicos brevemente descritos aqui sugerem que mudanças culturais e ideológicas estão em curso no Irã, e vêm ocorrendo desde muito antes da última

onda de protestos. A única resposta do regime, no entanto, mesmo com o país mudando debaixo de seu nariz, é repressão severa. Isso pode suprimir cidadãos revoltados por um tempo, mas também intensifica sua raiva e os leva a ter comportamentos que, embora menos visíveis, serão mais radicais e subversivos.

A repetição de manifestações populares em massa, como a onda de protestos que ocorria quando este ensaio estava sendo escrito, no fim de 2019, é um sintoma de um afastamento radical da sociedade iraniana da ideologia e do regime fundado pelo Aiatolá Khomeini. O que ocorreu nas orações oficiais de sexta-feira em 16 de março de 2018 em Isfahan, a terceira maior cidade do Irã, evidencia esse afastamento. Os congregantes — muitos deles agricultores, furiosos com a inação do governo diante da seca — deram as costas para o pregador apoiado pelo regime e cantaram “costas ao inimigo, face à pátria”.<sup>22</sup> Chamar abertamente o regime de “inimigo” e apelar, por contraste, à “pátria” é mais um sinal de que o povo iraniano está começando a ver a República Islâmica como um ocupante externo impondo uma ideologia estranha.

Nas últimas quatro décadas, o Irã tem sido o crivo do terceiro maior desafio ideológico do mundo (após o fascismo e o comunismo) à democracia liberal. Em 1906, a era política moderna do Irã começou com a Revolução Constitucional, que pode ser entendida como uma tentativa de importar uma visão protodemocrática em uma monarquia tribal tradicional com um clero estabelecido. Aquele projeto, embora tenha tido algum apoio religioso do Irã, acabou fracassando, abrindo caminho primeiro para a autocracia da dinastia Pahlavi e, então, quando foi deposta no final dos anos 1970, para a República Islâmica.

A atual busca por muitos iranianos de alternativas ao severo islamismo da República Islâmica, como o xiismo liberal, sufismo, bahaísmo, cristianismo, agnosticismo ou ateísmo, sinaliza que o Irã pode estar trilhando um novo caminho. Esse caminho o está levando a se

tornar a primeira sociedade de maioria muçulmana a embutir no tecido espiritual, social e intelectual o princípio de separação entre religião e Estado característico da visão liberal-democrática — e a fazê-lo por um processo que vem mais plenamente “de dentro” do que de fora. Ironicamente, a própria República Islâmica tem sido a força por trás desse processo, impondo uma resposta democrática inédita a suas pretensões totalitárias. Se o processo for bem-sucedido — e sinais, tanto dramáticos quanto sutis, sugerem que está sendo bem-sucedido nos corações e mentes de iranianos, que demandam liberdade frente ao governo autoritário de Khomeini e seus sucessores —, poderá dar força à causa liberal-democrática global.

## Notas

A autora gostaria de agradecer a Jérémie Langlois por sua ajuda com a pesquisa na preparação deste ensaio.

1. Em 1º de fevereiro de 1979, Khomeini voou de volta ao Irã de seu exílio na França. Em 1º de março, disse: “O que a nação quer é uma república islâmica; não meramente uma república; nem uma república democrática ou uma república democrática islâmica. [...] Essa forma [a forma democrática] é uma noção ocidental e não queremos uma forma ocidental”. Em 9 de março, acrescentou: “Não aceitem aqueles que, segurando suas canetas carregadas de veneno, falam de coisas como (sistemas) ‘nacionais’ e ‘democráticos’ e escrevem contra o Islã. Queremos uma (república) islâmica; a nação quer o Islã. [...] Nossa nação deseja de forma unânime uma república islâmica”. *Sahifeh-ye Imam: An Anthology of Imam Khomeini's Speeches, Messages, Interviews, Decrees, Religious Permissions, and Letters*, Volume 6, 29 jan.-12 abr. 1979 (Tehran: Institute for Compilation and Publication of Imam Khomeini's Works, 2014), pp. 244, 309. Disponível em: <<http://staticsml.imam-khomeini.ir/en/File/NewAttachment/2014/1700-Sahifeh-ye%20Imam-Vol%206.pdf>>.

2. O preâmbulo da Constituição de 1979 diz que, além da missão de defesa nacional, as forças armadas da República Islâmica “serão responsáveis [...] também por cumprir a missão ideológica do *jihad* no caminho de Deus, ou seja, estender a

soberania da lei de Deus pelo mundo”. Ver a tradução não oficial para o inglês em <[http://www.servat.unibe.ch/icl/ir00000\\_.html](http://www.servat.unibe.ch/icl/ir00000_.html)>. Nos anos 1980, o presidente do Majlis (Parlamento) Ali Akbar Hashemi disse que o Irã “não tinha a intenção de esconder a exportação da revolução islâmica. A revolução islâmica não restringe sua natureza verdadeira e nobre a fronteiras geográficas”. A citação aparece em Itamar Rabinovich; Haim Shaked (Org.), *Middle East Contemporary Survey*, Volume IX, 1984–85 (Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 1987), p. 151.

3. Em 3 de fevereiro de 1979, Khomeini disse: “O Islã considera todas as facetas da vida humana [...]. O Islã é uma religião de política. Ele inclui um governo”. *Sahifeh-ye Imam*, v. 6, p. 41.

4. Em 1º de março de 1979, Khomeini disse: “O Ocidente nos humilhou, abalou nossa moral e nos tornou ocidentalizados. Erradicaremos essa ocidentalização. Juntos com a nação iraniana e seu apoio, apagaremos todos os traços de ocidentalização, todos seus vestígios corruptos — não seus aspectos civilizados —, toda sua moral corrupta, suas canções ocidentais desprezíveis. Criaremos um país ‘maometano’”. *Sahifeh-ye Imam*, v. 6, pp. 242-43.

5. O papel da religião e do clero na política nunca foi entendido como algo “óbvio” na teologia xiita. A ideia de conceder a autoridade política suprema para um guardião clerical foi do próprio Khomeini, de maneira espontânea e sem precedente. Ver Said Amir Arjomand, *The Shadow of God and the Hidden Imam: Religion, Political Order, and Societal Change in Shi'ite Iran from the Beginning to 1890* (Chicago: University of Chicago Press, 1984), pp. 268-70. Ver também Mohsen Kadivar, *Andishe Siyasi dar Eslam* [Pensamento político no Islã], v. 1, *Nazariyyeh-ha-ye Dawlatt dar Fiqh-e Shi'a* [Teorias do Estado no direito canônico xiita], 1ª ed. (Teerã: Nashr-e Nay, 1998), pp. 24-25. Por fim, Said Amir Arjomand, *The Turban for the Crown: The Islamic Revolution in Iran* (Nova York: Oxford University Press, 1988), p. 156, observa que “objeções doutrinárias ao *velayat-e faqih* foram feitas pelos Grandes Aiatolás Kho'i, Qomi e Shari'at-madri [...] e pelos Aiatolás Baha' al-Din Mahallati, Sadeq Ruhani, Ahmad Zanjani, Ali Tehrani e Morteza Ha'eri Yazdi”.

6. Em 5 de fevereiro de 1979, Khomeini disse: “Aquele que designei [primeiro-ministro interino, Mehdi Bazargan] precisa ser obedecido. A nação precisa obedecê-lo. Esse não é um governo comum, é um governo canônico. Oposição a esse governo é oposição ao direito canônico e equivale a uma rebelião contra a religião. Rebelião contra a religião é punida severamente em nossas leis e jurisprudência. Alerto aqueles que possam considerar tal ideia de sabotar [este governo] e, Deus me livre, ensaiar



uma revolta contra este governo. Declaro que a punição a esses elementos na jurisprudência islâmica é bastante severa. Rebelião contra este governo é uma rebelião contra Deus”. *Sahifeh-ye Imam*, v. 6, p. 54.

7. Religião monoteísta de origem persa. (N. T.)

8. De fato, Khomeini nunca havia enviado uma mensagem escrita para qualquer líder estrangeiro, e não enviaria outra (ele morreu no início de junho de 1989). A carta, datada de 1º de janeiro de 1989, pode ser encontrada em *Sahifeh-ye Imam: An Anthology of Imam Khomeini's Speeches, Messages, Interviews, Decrees, Religious Permissions, and Letters*, v. 21, 21 mar. 1988-5 jun. 1989 (Teerã: Instituto para a Compilação e Publicação dos Trabalhos do Imã Khomeini, 2014), pp. 217-27.

9. Ver Fatimah Jaffer, “Mehdi Haeri Yazdi, An Insight into His Intellectual and Political Philosophy”. Center for Islamic Shi'a Studies Research Series, n. 4, fev. 2018. Disponível em: <<http://shiastudies.org/docs/pdfs/mehdi-haeri-yazdi--an-insight-into-his-intellectual-and-political-philosophy>>.

10. Sobre Soroush, ver Valla Vakili, “*Debating Religion and Politics in Iran: The Political Thought of Abdolkarim Soroush*”. Occasional Paper Series, n. 2, Council on Foreign Relations, jan. 1997.

11. Ver Mohsen Kadivar, citado em inglês por Mahmoud Sadri, “Sacral Defense of Secularism: The Political Theologies of Soroush, Shabestari, and Kadivar”. *International Journal of Politics, Culture and Society*, v. 15, n. 2 (Winter 2001): 265. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.485.7599&rep=rep1&type=pdf>>. Para uma seleção dos textos de Kadivar em inglês, ver <<https://en.kadivar.com/>>.

12. Ver Mohammad Mojtahed Shabestari, “Why Islam and Democracy Go Well Together”. Entrevista com Jan Kuhlmann, Qantara, 6 jul. 2012. Disponível em: <<https://en.qantara.de/content/interview-with-mohammad-mojtahed-shabestari-why-islam-and-democracy-go-well-together>>.

13. O discurso de Khamenei aparece no original em farsi em <<http://farsi.khamenei.ir/speech-content?id=30255>>. A tradução para o inglês é de Ladan Boroumand.

14. Misagh Parsa, *Democracy in Iran: Why It Failed and How It Might Succeed*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 313.

15. Em um discurso de 1996 na Universidade Bu-Ali Sina em Hamadã, Irã, o então vice-ministro de Inteligência Saeed Emami disse: “Uma dessas [classes de grupos dissidentes anti-República Islâmica] possui denominação religiosa. Por exemplo, os pensamentos dervixes, que são ideias horrendas e estão crescendo no país. Há pessoas muito corruptas entre eles, e prendemos muitos deles. [...] Estavam atraindo a juventude do Hezbollah, em particular”. Para o áudio original desse discurso, visite <[https://www.youtube.com/watch?v=Y61TehH\\_9GI](https://www.youtube.com/watch?v=Y61TehH_9GI)>. A passagem citada aqui foi traduzida para o inglês por Ladan Boroumand.

16. Mustafa Akyol, “How Islamism Drives Muslims to Convert”. *New York Times*, 25 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/25/opinion/islam-conversion.html>>.

17. Em 2014, Mark Bradley estimou que as conversões para o cristianismo no Irã estavam crescendo a uma taxa anual de 19,6%. Ver Bradley, *Too Many to Jail: The Story of Iran's New Christians* (Oxford: Monarch, 2014), p. 36. Ver também Stoyan Zaimov, “Iran Is Witnessing ‘One of Fastest Growing Church Movements,’ but Christians Face Intense Persecution”. *Christian Post*, 16 out. 2018. Disponível em: <<https://www.christianpost.com/news/iran-is-witnessing-one-of-fastest-growing-church-movements-but-christians-face-intense-persecution.html>>.

18. Jason Mandryk, *Operation World: The Definitive Prayer Guide to Every Nation*, 7ª ed. Colorado Springs: Biblica, 2010, p. 465.

19. Duane Alexander Miller, “Power, Personalities and Politics: The Growth of Iranian Christianity Since 1979”. *Mission Studies*, v. 32, n. 1 (abr. 2015), p. 71.

20. Para uma estimativa estatística de 2014 dos cristãos de origem muçulmana no Irã variando entre 100 mil e 370 mil, ver Bradley, op. cit., cap. 1. Em 2015, Duane Alexander Miller e Patrick Johnstone estimaram o número de COM (“cristãos de origem muçulmana”) no Irã entre 100 mil e 500 mil. Ver Duane Alexander Miller; Patrick Johnstone, “Believers in Christ from a Muslim Background: A Global Census”. *Interdisciplinary Journal of Research on Religion*, v. 11, art. 10 (2015), p. 8. Disponível em: <<http://www.religjournal.com/pdf/ijrr11010.pdf>>. Em 2019, Open Doors USA, uma ONG dedicada a combater a perseguição de cristãos, estima a população cristã total do Irã (nem todos sendo COM pois, historicamente, minorias cristãs existem há muito tempo no Irã). Ver <<https://www.opendoorsusa.org/christian-persecution/world-watch-list/iran>>.

21. “Iranians Arrested After Celebrating Ancient Persian King Cyrus the Great”. *Reuters*, 31 out. 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-iran-rights-history-idUSKBN12V174>>.

22. “Isfahan Farmers Protest and Mock Friday Prayers”. *Radio Farda*, 17 mar. 2018. Disponível em: <<https://en.radiofarda.com/a/isfahan-farmers-friday-prayers/29105705.html>>.

# Uma Índia iliberal?

*Sumit Ganguly*

*Sumit Ganguly é professor de ciência política e catedrático da cadeira Rabindranath Tagore em Culturas e Civilizações Indianas da Universidade de Indiana em Bloomington. Junto com William R. Thompson, é autor de Ascending India and Its State Capacity: Extraction, Violence, and Legitimacy [Índia e sua capacidade estatal em ascensão: extração, violência e legitimidade] (2017).*

**E**m maio de 2019, o primeiro-ministro Narendra Modi conquistou um novo mandato de cinco anos com uma maioria parlamentar sem precedentes em décadas recentes (303 de um total de 545 assentos). Sob sua liderança, o Partido do Povo Indiano (BJP), para todos os efeitos, abandonou qualquer pretensão de manter o compromisso constitucional da Índia com os valores do secularismo, do pluralismo político e da liberdade intelectual.<sup>1</sup> Com uma oposição anêmica e desmoralizada no Parlamento, uma imprensa antes combativa e agora acovardada e um Judiciário com independência ameaçada, há poucas barreiras no caminho de Modi e seus correligionários ideológicos para tornar a Índia uma democracia iliberal.

A visão majoritária antissecular do BJP ameaça a democracia liberal na Índia em três níveis: social, ideológico e institucional. Se o partido implementar essa visão, a Índia provavelmente permanecerá uma democracia eleitoral, mas o título de democracia liberal — um país

\* Publicado originalmente como “An Illiberal India?”, *Journal of Democracy*, Volume 31, Número 1, January 2020. @ National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

com liberdade de debate e discussão, instituições de freios e contrapesos robustas e sólidas salvaguardas de direitos e liberdades — tornar-se-á algo do passado.

Tendências iliberais já se evidenciavam no primeiro mandato de Modi, de 2014 a 2019. Naquele período houve uma série de ataques contra importantes dissidentes, especialmente os que se contrapunham ao aumento da intolerância hindu e escreviam na imprensa do país. Intelectuais públicos importantes, conhecidos por suas vozes críticas, foram assassinados a tiros sob circunstâncias misteriosas.<sup>2</sup> Os receios que expressaram sobre o aumento do fanatismo hindu provaram-se verdadeiros. Não houve protestos em massa de hindus e muçulmanos, mas houve linchamentos de muçulmanos, especialmente no norte da Índia, sob alegações de que roubavam gado para abate.<sup>3</sup> A respeito desses assassinatos cometidos por justiceiros, o normalmente loquaz primeiro-ministro manteve um silêncio ensurdecedor.

Para sermos justos, o Partido do Congresso (INC), a principal oposição ao BJP e, por muito tempo, o partido político dominante, também não tem as mãos muito limpas. Por mais de duas décadas, angariou votos fazendo concessões a forças iliberais. Mesmo antes de a República Islâmica do Irã ter lançado uma *fatwa* contra o escritor indo-britânico Salman Rushdie por seu romance de 1988, *Os versos satânicos*, o ministro das Finanças do governo de Rajiv Gandhi (INC) impôs uma proibição de importação do livro. Uma década mais tarde, durante o primeiro mandato do primeiro-ministro Manmohan Singh (também do INC), o grande pintor modernista M. F. Husain foi forçado a fugir da Índia para Dubai após suas pinturas de deusas hindus nuas gerarem ameaças de morte e o governo aparentemente se mostrar pouco disposto a protegê-lo.

O Partido do Congresso estava verdadeiramente inclinado a abraçar o iliberalismo, mas não possuía o tipo de agenda iliberal nutrida pelo

BJP e sua organização-mãe, a nacionalista hindu Rashtriya Swayam-sevak Sangh (Corpo Nacional de Voluntários ou, simplesmente, RSS). O INC também se deparou com restrições normativas e institucionais mais fortes do que o BJP e sua ampla maioria parlamentar. Firmemente arraigado no governo, o partido está agora livre para agir de acordo com suas inclinações hindus. Há indícios de que pretende fazê-lo.

### **Reprimindo a oposição**

Ainda antes do final do primeiro mandato de Modi, veio uma repressão aos intelectuais públicos de oposição. No fim de agosto de 2018, as autoridades prenderam cinco importantes ativistas com base na Lei de Prevenção de Atividades Ilegais, que autoriza a detenção sem mandado judicial. Os cinco foram acusados de apoiar guerrilhas comunistas que haviam instaurado o caos em vários estados indianos ao longo das últimas duas décadas. A Suprema Corte do país rapidamente ordenou que os ativistas fossem transferidos da custódia policial para prisão domiciliar. Até o momento em que este artigo foi escrito, em dezembro de 2019, três deles ainda permaneciam presos, e dois haviam saído sob fiança. Ainda não se sabe quais os planos do governo em relação a esse processo.

Em fevereiro de 2019, às vésperas das eleições, o conhecido acadêmico e ativista *dalit*<sup>4</sup> Anand Teltumbde foi preso em Mumbai acusado de incitar uma revolta. Havia atraído a atenção em um festival literário em 2017 ao chamar Modi de um “narcisista por excelência” que poderia vir a ser pior que Hitler, com políticas que, somadas, faziam dele um “fascista e mais um pouco”. Centenas de acadêmicos do mundo todo assinaram uma declaração defendendo Teltumbde e exigindo que as acusações contra ele fossem retiradas.<sup>5</sup>

Embora ainda esteja no começo, o segundo mandato de Modi rapidamente começou a perseguir setores da imprensa historicamente

livre da Índia. Em 9 de agosto de 2019, o produtor de televisão Pranoy Roy e sua esposa e sócia comercial Radhika Roy foram parados no aeroporto de Mumbai e informados de que apresentavam risco de fuga devido a uma investigação por corrupção.<sup>6</sup> O influente canal de notícias que possuem e operam, NDTV, tem sido crítico ao governo, levando a suspeitas de que a investigação sobre o casal fosse um disfarce para perseguição política.

No início de setembro de 2019, Shehla Rashid, uma proeminente ativista política de Nova Délí, foi acusada de crime contra o Estado após ter tuitado que o Exército indiano vinha violando os direitos humanos durante o bloqueio da porção controlada pela Índia do estado de Jammu e Caxemira, território disputado entre Índia (de maioria hindu) e Paquistão (de maioria muçulmana).<sup>7</sup>

Outro estado indiano fronteiro — Assam, nordeste do país — é o cenário de talvez o mais preocupante dos acontecimentos sociais. Desde 2015, o governo do BJP em Délí atualiza o Cadastro Nacional de Cidadãos (NRC), um documento que data do início dos anos 1950 e engloba apenas Assam. Em 31 de agosto de 2019, sob os termos da atualização, aqueles que haviam migrado de outro país para aquele estado após 24 de março de 1971 (ou cujos antepassados houvessem migrado) foram declarados não cidadãos.<sup>8</sup> Essa última data foi escolhida porque, no dia seguinte, o Exército do Paquistão lançou um grande e violento ataque no rebelde Paquistão Oriental, fazendo com que milhões de refugiados (a maioria deles muçulmanos de língua bengali) atravessassem a fronteira com a Índia (de maioria hindu). A repressão levou a uma guerra civil no Paquistão Oriental, seguida de uma intervenção militar indiana bem-sucedida em dezembro de 1971 e a decisão do Paquistão Oriental de declarar independência e constituir um novo país com o nome de Bangladesh.<sup>9</sup>

Os termos do NRC remontam do Acordo de Assam de 1985, que o governo central em Délí negociou após os protestos de massa conduzi-

dos pela população aborígine *assamesa*, preocupada com os imigrantes ilegais vindos do vizinho Bangladesh. Ativistas imigrantes temem que a atualização do NRC prejudique os pobres, incluindo muitos muçulmanos.

Tendo passado o prazo para a atualização do NRC, parece que ao menos 1,9 milhão de pessoas da população total de 33 milhões em Assam tornaram-se apátridas de acordo com as exigências do formulário de cidadania atualizado. Foi dado o prazo de 120 dias (contados a partir de 31 de agosto de 2019) para que aqueles declarados “não cidadãos” possam recorrer da decisão nos Tribunais de Estrangeiros de Assam. Para aqueles que não conseguirem persuadir os tribunais para incluí-los no NRC, o último recurso será o sistema judiciário indiano, notoriamente moroso. Enquanto isso, o governo indiano vem construindo campos de detenção em Assam.<sup>10</sup> No início de setembro de 2019, o ministro do Interior Amit Shah, que também é o presidente do partido BJP, prometeu que o governo Modi “não permitirá que um único imigrante ilegal permaneça” em Assam.<sup>11</sup> Por trás do objetivo declarado de reverter o fluxo de imigração ilegal, críticos veem um desejo de expulsar dessa parte da Índia os muçulmanos que não atendem às exigências para obter a cidadania.

O ministro Shah, é razoável supor, não vê muito valor na inerente diversidade e no pluralismo da Índia. Isso ficou evidente por conta dos comentários feitos por ele em 14 de setembro de 2019 para comemorar o Dia Hindi, que marca a decisão da Assembleia Constituinte de 1949 de tornar o hindi a língua oficial da União (com dispositivos permitindo o uso de inglês para vários propósitos oficiais). A Índia não possui uma língua “nacional” e, além do hindi, há 22 outras línguas listadas na Constituição. Em um discurso e uma série de tuítes, Shah afirmou ser “muito importante ter uma língua em todo o país, que deveria se tornar a identidade da Índia no mundo”.<sup>12</sup> Como a língua mais amplamente falada (conhecida por cerca de 40% da população),



o hindi deveria ser essa língua. Ao fazer tais afirmações, Shah estava reforçando uma velha preferência do BJP — e ressuscitando a ideia, muito embora tentativas anteriores nos anos 1960 de privilegiar o hindi tenham acarretado conflitos em algumas áreas, especialmente em Tamil Nadu e Bengala Ocidental, onde predominam outras línguas que não o hindi. Não é surpresa, portanto, que líderes de fora do “cinturão hindi” tenham reagido à promoção do hindi por Shah com indignação e demanda por retratação.

Durante seu primeiro mandato, o governo Modi tratou duramente uma das mais respeitadas instituições educacionais da Índia, a Universidade Jawaharlal Nehru (JNU), em Nova Déli, com tendências à esquerda. Em 2016, o governo prendeu um líder estudantil da JNU acusado de crimes contra o Estado após um discurso pouco moderado, porém banal, feito em fevereiro daquele ano.<sup>13</sup> Após isso veio a interferência nos procedimentos administrativos internos, numa tentativa de impedir o corpo docente — não somente na JNU, mas em todo o país — de criticar o governo de direita.<sup>14</sup>

Infelizmente, essas tentativas de limitar a independência das universidades, tanto públicas como privadas, parecem estar ganhando impulso. Em junho de 2019, no populoso estado de Uttar Pradesh, o ministro-chefe Yogi Adityanath, um político do BJP que também é um sacerdote hindu instigador, lançou um decreto instruindo universidades privadas a não permitir qualquer “atividade antinacional”. Ao ser perguntado sobre o que exatamente constituía tal conduta, o governo estadual se recusou a dar uma resposta oficial. O vice de Adityanath insinuou que o decreto era necessário para prevenir uma repetição dos protestos como os de fevereiro de 2016 na JNU.<sup>15</sup>

O desafio mais recente sinaliza que o governo Modi reeleito, com sua ampla maioria parlamentar, não tem intenção de reduzir seus esforços de controlar as universidades e seu corpo docente. Em julho de 2019, um representante da JNU escreveu a uma das mais respei-

tadas historiadoras da Índia, Romila Thapar, exigindo que apresentasse documentação comprovando que ela merecia permanecer no cargo de professora emérita da instituição. Nascida em 1931, Thapar aposentou-se em 1991, mas continua ativa. Recusou-se a enviar seu currículo. Mais do que desnecessário (Thapar tem muitas publicações e recebeu seis títulos honoríficos), esse insulto disfarçado de rotina administrativa universitária era uma tentativa de depreciar uma intelectual pública conhecida por suas críticas às tendências majoritárias do governo do BJP e suas tentativas de reescrever os livros de história.<sup>16</sup> Acadêmicos no país e no exterior uniram-se à causa de Thapar. Sua enorme estatura profissional ajudou-a em sua postura inflexível, mas a vontade do governo de perseguir alguém como ela certamente está causando o efeito desejado em acadêmicos mais jovens. Sob o mando do BJP, os sinais do futuro da liberdade acadêmica na Índia não parecem auspiciosos.

### **O ataque às instituições**

A Índia — com 1,35 bilhão de habitantes e frequentemente chamada de “a maior democracia do mundo” — também está diante de um ataque multifacetado a suas instituições democráticas. Alguns sinais desse ataque iminente já eram visíveis na campanha eleitoral de 2019. A Comissão Eleitoral da Índia (ECI), há muito reconhecida por seu não partidarismo, mostrou sinais de viés a favor do governo durante o último período eleitoral. No fim de março de 2019, a menos de duas semanas antes do início da votação, surgiu um canal de televisão conhecido como NaMo. Era Modi 24 horas por dia, transmitindo nada além dos discursos do primeiro-ministro e outros conteúdos pró-BJP. Partidos da oposição reclamaram que o canal estava violando o Código de Conduta da ECI, que impôs restrições ao canal em 10 de abril, um dia antes do início da votação (as eleições gerais da Índia acontecem em estágios ao longo de cinco semanas). Dois dias antes

da última fase da votação, NaMo saiu permanentemente do ar. Críticos, incluindo Rahul Gandhi, presidente do Partido do Congresso e principal opositor de Modi, acusaram a Comissão Eleitoral de ter agido de maneira lenta e fraca. Segundo Gandhi, a ECI era culpada de “capitulação diante de Modi e sua gangue”. “Costumava ser temida e respeitada. Não mais”, continuou.<sup>17</sup> Outras reclamações giraram em torno da lentidão da ECI para impedir a estreia de um filme biográfico sobre Modi na véspera das eleições.

Nada menos que 66 funcionários públicos aposentados assinaram uma carta em 8 de abril ao presidente da Índia expressando sua “profunda angústia” em relação à “crise de credibilidade” da ECI, que colocava em risco “a própria base da democracia indiana”.<sup>18</sup> Aos olhos dos eleitores, a credibilidade da ECI está comprometida. Dado há quanto tempo essa instituição fiscalizatória essencial foi reverenciada por sua neutralidade e independência, isso representa um declínio real e sério.

Outro sinal de que o governo BJP estaria enfraquecendo instituições-chave veio em dezembro de 2018, quando nomeou Shaktikanta Das para um mandato de três anos como presidente do Reserve Bank of India (RBI). Pela primeira vez em quase três décadas, uma pessoa sem diploma universitário ou experiência profissional relevante em economia (Das é um funcionário público aposentado com graduação e mestrado em história) comandaria o banco central indiano.<sup>19</sup> Das, que havia anteriormente ocupado cargos oficiais ligados a assuntos econômicos, havia comandado a implementação da controversa e mal planejada tentativa de desmonetização da Índia em novembro de 2016, na qual grandes quantias da moeda do país foram retiradas de circulação de uma só vez, causando uma desarticulação considerável. Desde que assumiu o RBI, Das não tomou qualquer decisão que despertasse preocupações sobre a independência do banco, mas persistem as dúvidas se será capaz de afastar influências partidárias em relação a uma instituição da qual se espera uma atuação autônoma.

Há, ainda, a questão de como o governo Modi vem usando os poderes de polícia do Estado. Na noite de 21 de agosto de 2019, poucos meses após as eleições, autoridades efetuaram a prisão de um antigo ministro das Finanças do Partido do Congresso, P. Chidambaram, acusado de lavagem de dinheiro e corrupção. Parecia um espetáculo feito para a televisão: agentes da Agência Central de Investigações da Índia (CBI) e do Diretório de Execução<sup>20</sup> escalaram as paredes da casa do ex-ministro na capital enquanto eram filmados pelas câmeras. Um porta-voz do INC reclamou amargamente que o governo estava perseguindo um proeminente membro do principal partido de oposição, até mesmo chamando a prisão de “assassinato da democracia em plena luz do dia”.<sup>21</sup>

No seu devido tempo, a corte determinará a culpa ou inocência de Chidambaram. Enquanto isso, incertezas sobre a natureza e o *timing* de sua prisão são compreensíveis. Infelizmente, crimes cometidos pela classe política da Índia não são algo incomum: de acordo com um relatório, 159 dos 545 membros da câmara baixa do Parlamento indiano são investigados por crimes graves. Mas o aumento das suspeitas de que o cumprimento da lei está sendo politizado só pode ser ruim para a democracia indiana.

## **Uma importante mudança — e nenhum debate**

Talvez a ação mais preocupante por parte do governo, uma que levanta suspeitas importantes sobre o futuro do federalismo indiano, tenha aparecido em 5 de agosto de 2019. Nesse dia, o BJP usou sua ampla maioria parlamentar para por fim ao status especial de Jammu e Caxemira e declarar a região território da União. Para sermos justos ao BJP, esse item fazia parte da agenda há muito tempo e integrava a plataforma eleitoral de Modi em 2019. Mas não houve discussão ou debate no Parlamento nacional, protestos da oposição não resultaram

em nada, e não foi feita nenhuma tentativa de consulta à Assembleia Legislativa do estado, mesmo sendo exigida pela Constituição indiana. Tornar um estado com governo próprio em uma área diretamente governada por Nova Déli é um passo importante. Ver tal medida passar como um trator no início de agosto de 2019 — com a assembleia estadual suspensa e completamente alijada do processo — foi um choque até mesmo para observadores experientes do BJP e de seu jeito às vezes truculento e representa um flagrante desrespeito pela Índia enquanto República Federativa.

De acordo com o censo nacional de 2011, cerca de 68% das 12,5 milhões de pessoas que vivem em Jammu e Caxemira são muçulmanos, tornando-o o único estado com maioria muçulmana na Índia que, como um todo, é 80% hindu. Muçulmanos da Caxemira temem agora que, com a revogação do status especial de Jammu e Caxemira, pessoas de outras partes do país começarão a comprar casas e se mudar para lá. Se a Suprema Corte mantiver a mudança de status, não haverá nenhum impedimento legal para isso. O que os muçulmanos da Caxemira temem — tornar-se uma minoria em sua própria região — os ativistas hindus do BJP almejam, vendo nisso um avanço para a integração nacional.

Enquanto isso, nessa parte do extremo-norte da Índia líderes políticos estão em prisão domiciliar, muitos manifestantes estão escondidos ou presos. A cobertura da imprensa é controlada, e os jornalistas estrangeiros estão impedidos de entrar na região. Forças de segurança realizam operações de busca casa a casa, gerando acusações de violação de direitos.<sup>22</sup>

Apesar das tentativas do governo de agir como se as coisas estivessem voltando ao normal, a situação na região da Caxemira permanece tensa. Membros da oposição do Parlamento da Índia, bem como Christopher Van Hollen, senador democrata do estado norte-americano de Maryland, foram impedidos de visitar a região. No final de outubro de

2019, um seleto grupo do Parlamento Europeu, representando principalmente por partidos de direita, foi levado em um tour cuidadosamente orquestrado pela Caxemira. O deputado europeu Chris Davies, do partido britânico Liberais Democratas, teve seu convite revogado após tentar obter acesso irrestrito. Por fim, e sem dúvidas gerando um desapontamento por parte do governo Modi, a chanceler alemã Angela Merkel declarou publicamente ao visitar a Índia que a situação na Caxemira era “insustentável”.<sup>23</sup>

Em 8 de novembro de 2019 o pluralismo sofreu novo golpe quando um painel composto por cinco juizes da Suprema Corte enfim proferiu um julgamento sobre a questão de longa data da Mesquita de Babur, em Ayodhya (Uttar Pradesh), demolida por uma multidão de fanáticos hindus em dezembro de 1992. Embora tenham considerado a destruição da Mesquita de Babur um ato ilegal, o tribunal decidiu destinar o local original do local de oração muçulmano para uso da comunidade hindu. O terreno de 2,77 acres da mesquita deveria ser entregue ao governo, que poderia, então, instituir um fundo para construir um templo hindu no local. Ao mesmo tempo, a Corte concedeu cinco acres em outra parte da cidade para a construção de uma nova mesquita.

Ativistas e fanáticos hindus estavam em júbilo, enquanto a parte queixosa, os muçulmanos, demonstrava sua infelicidade, embora tenha acatado a decisão. Há pouca dúvida de que essa decisão judicial tenha sido outro golpe no edifício do secularismo indiano, por configurar um privilégio especial concedido à comunidade religiosa majoritária.

Tendências iliberais persistem há muito tempo na política indiana. Isso se deve tanto aos cálculos de políticos em busca de votos como aos temores de autoridades públicas institucionalmente fracas, que temem que apoiar fortemente os direitos de indivíduos e de minorias em casos polêmicos gerará conflitos. Ceder às demandas dos que gritam mais alto e são mais explosivos, mesmo que sejam apenas uma mino-

ria, sempre pareceu o caminho mais prudente a seguir. Assim, livros foram banidos, artistas foram exilados, estudantes, presos, e extremistas, acolhidos.

Entretanto, as condições em desenvolvimento na Índia de hoje são algo novo. O iliberalismo em ascensão não é algo fruto de cinismo político ou ansiedade oficial, mas o programa deliberadamente orquestrado de um movimento político bem-sucedido decidido a enfraquecer valores e práticas liberais e demolir o pluralismo intelectual, cultural e político sem o qual uma Índia grande, diversa e democrática não tem esperanças de subsistir, quanto mais se tornar uma grande potência.

O BJP possui uma visão ideológica da Índia enquanto um Estado unitário onde os hindus são privilegiados. Para alcançar essa visão, o movimento precisa deixar de lado os princípios de secularismo e igualdade sobre os quais a República da Índia foi fundada (em 1947, após a independência em relação ao Império Britânico e a divisão do subcontinente indiano em dois países, Índia e Paquistão). Dada a maioria parlamentar do BJP, a fraqueza da oposição política e uma imprensa na maioria das vezes dócil, o partido está seguindo em frente com sua estratégia com uma força irrefreável.

Se o governo continuar por esse caminho desimpedido, um dia até mesmo o status da Índia enquanto democracia eleitoral pode estar em risco. A oposição está em frangalhos. Se a imprensa e o Judiciário se acovardarem e a Comissão Eleitoral continuar a agir timidamente, o histórico de eleições livres e justas da Índia pode acabar. Essa triste perspectiva não parece iminente, mas as tendências em curso preocupam.

Poderá a marcha para uma Índia iliberal ser impedida ou contida? Há um quarteto de forças que poderia oferecer resistência. A primeira é a sociedade civil. Apesar de ameaças e assédios, ela ainda não desistiu. Intelectuais públicos sem medo de colocar tudo em jogo — em

alguns casos, até sua própria vida —, seguem criticando o governo. Talvez conquistem maior apoio.

Qualquer que seja seu comprometimento ideológico interno, o governo depende, para obter sucesso eleitoral, do que cientistas políticos chamam de “legitimidade por desempenho”. No contexto indiano, isso significa, num primeiro momento, que os benefícios sociais trazem votos.<sup>24</sup> A distribuição desses benefícios (alguns deles continuaram desde os tempos do INC) fortaleceu a posição do BJP entre os indianos mais pobres. É necessário crescimento econômico para pagar por esses programas, no entanto, e aqui está o segundo bloco de resistência. Se o crescimento desacelerar, a popularidade de Modi ficará em perigo e a oposição será favorecida com oportunidades políticas hoje impensáveis. O último trimestre de 2019 viu sinais de declínio. Se o governo não conseguir reverter isso, o BJP e seu programa voltado para a maioria hindu estará em perigo.

O terceiro possível bloco de resistência é a realidade social profundamente arraigada das castas. Por anos, apesar de sua mensagem de dominância hindu, o BJP teve dificuldade de atrair as castas mais baixas de eleitores hindus. Em 2019, teve seu melhor desempenho entre tais eleitores, conquistando cerca de 38% do total de votos das castas mais baixas. Poderá esse sucesso se manter? Na Índia, os eleitores das castas mais baixas (o que geralmente significa “pobres”) participam das eleições locais, estaduais e nacionais em grande quantidade. Sua sofisticação política está crescendo. Em 2019, abandonaram seus partidos baseados em castas no norte da Índia, especialmente em Uttar Pradesh, para apoiar o BJP. E esperam melhoras materiais tangíveis. Se não vierem, no entanto, o voto das castas mais baixas não está garantido. A habilidade do BJP de atrair públicos que não apenas os eleitores de castas médias e altas pode se mostrar efêmera.

Por fim, de maneira similar, a variedade cultural, linguística e étnica do país não será facilmente assolada. A inerente diversidade da



Índia será um obstáculo para o desenvolvimento de um regime que abrace o iliberalismo. De fato, pode-se argumentar que a Índia sobreviveu enquanto um Estado funcional, embora caótico, precisamente por conta de seu comprometimento (ainda que falho e parcial) com a democracia *liberal*. Apenas princípios e direitos liberais universais — direitos que pertencem a todos, independente do status pessoal — podem prover a base para manter unido o amontoado de regiões, línguas, religiões, castas, classes e etnias da Índia. Desmontar esse alicerce e abandonar o ideal de igualdade perante a lei em nome da utopia nacionalista hindu do BJP poderiam trazer consequências perturbadoras. Vamos torcer para que nunca as testemunhemos.

## Notas

1. Ashutosh Varshney, “Modi Consolidates Power: Electoral Vibrancy, Mounting Liberal Deficits”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 4 (out. 2019), pp. 63-77. Ver também Sumit Ganguly, “Secularism Is Dying in India”. *Foreign Policy*, 11 dez. 2019. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2019/12/11/secularism-is-dying-in-india>>.

2. Mukul Kesavan, “India: Assassinating Dissent”. *New York Review of Books Daily*, 15 set. 2017. Disponível em: <[www.nybooks.com/daily/2017/09/15/india-assassinating-dissent](http://www.nybooks.com/daily/2017/09/15/india-assassinating-dissent)>.

3. Amar Diwakar, “How ‘Cow Vigilantes’ Launched India’s Lynching Epidemic”. *New Republic*, 26 jul. 2017. Disponível em: <<https://newrepublic.com/article/144043/cow-vigilantes-launched-indias-lynching-epidemic>>.

4. No sistema indiano de castas, grupo considerado “intocável”. (N. T.)

5. Kai Schultz; Jeffrey Gettleman; Hari Kumar, “Indian Professor Who Compared Modi to Hitler Is Waiting to Be Jailed”. *New York Times*, 20 fev. 2019. Para a declaração, ver “Academics Demand Dropping Charges Against Teltumbde, Other Activists”. *The Wire*, 7 fev. 2019. Disponível em: <<https://thewire.in/rights/anand-teltumbde-activists-arrested-petition>>.

6. “NDTV’s Prannoy Roy and Radhika Roy Detained at Mumbai Airport, Not Allowed to Leave India”. *New Indian Express*, 9 ago. 2019.

7. Saurabh Trivedi, “Activist Shehla Rashid Booked on Sedition Charge, ‘Promoting Enmity’”. *The Hindu*, 6 set. 2019.

8. Arunabh Saikia; Ipsita Chakravarty, “Explainer: What Exactly Is the National Register of Citizens?”. *Scroll (India)*, 15 jul. 2019. Disponível em: <<https://scroll.in/article/930482/explainer-what-exactly-is-the-national-register-of-citizens>>.

9. Nota do editor brasileiro: Bangladesh tem a quarta maior população muçulmana do mundo, equivalente a 85% dos cerca de 160 milhões de habitantes, depois de Indonésia, Paquistão e Índia.

10. Zamira Rahim, “India Builds Detention Camps for up to 1.9 Million People ‘Stripped of Citizenship,’ in Assam”. *The Independent*, 11 set. 2019.

11. “Not a Single Illegal Immigrant Will Stay, Says India After Assam Register Excludes Millions”. *Guardian*, 8 set. 2019. Disponível em: <[www.theguardian.com/world/2019/sep/09/not-a-single-illegal-immigrant-will-stay-says-india-after-register-excludes-millions](http://www.theguardian.com/world/2019/sep/09/not-a-single-illegal-immigrant-will-stay-says-india-after-register-excludes-millions)>.

12. “On Hindi Diwas, Amit Shah Says Hindi Can Unite Nation, South Leaders Call It ‘Forced Imposition’”. *Hindustan Times*, 14 set. 2019. Disponível em: <[www.hindustantimes.com/india-news/on-hindi-diwas-amit-shah-says-hindi-can-unite-nation-dmk-calls-it-a-jolt/story-wJxxxwZqW27RFyjwfvzUVAJ.html](http://www.hindustantimes.com/india-news/on-hindi-diwas-amit-shah-says-hindi-can-unite-nation-dmk-calls-it-a-jolt/story-wJxxxwZqW27RFyjwfvzUVAJ.html)>.

13. Sumit Ganguly, “India Under Modi: Threats to Pluralism”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1 (jan. 2019), pp. 83-90.

14. Zoya Hasan, “Colonising the Campus”. *India Today*, 10 nov. 2018.

15. Ipsita Chakravarty, “‘Tukde, Tukde Gang’: How the BJP Has Used Misinformation in the JNU Sedition Case to Stifle Dissent”. *Scroll (India)*, 25 jun. 2019. Disponível em: <<https://scroll.in/article/927972/tukde-tukde-gang-how-the-bjp-has-used-the-jnu-sedition-case-to-stifle-dissent>>.

16. Priscilla Jebaraj, “Romila Thapar Declines to Send Her CV to JNU”. *India Today*, 3 set. 2019.

17. “Curtain Falls for NaMo TV as India Waits for 2019 Election Result”. *Kalinga TV*, 21 maio 2019. Disponível em: <<https://kalingatv.com/nation/curtain-falls-for-namo-tv-as-india-waits-for-2019-election-result>>.

18. Puneet Nicholas Yadav, “66 Ex-Bureaucrats Including Najeeb Jung, Shivshankar Menon Write to President, Say EC Suffering from Credibility Crisis”. *Outlook*, 8 abr. 2019. Disponível em: <[www.outlookindia.com/website/story/india-news-election-commission-is-sufferingfrom-credibility-crisis-66-ex-bureaucrats-write-to-president-kovind/328385](http://www.outlookindia.com/website/story/india-news-election-commission-is-sufferingfrom-credibility-crisis-66-ex-bureaucrats-write-to-president-kovind/328385)>.

19. Prabhaskar K. Dutta, “MA in History, Shaktikanta Das Is First Non-Economist in 28 Years to be RBI Governor”. *India Today*, 12 dez. 2018. Disponível em: <[www.indiatoday.in/business/story/shaktikanta-das-non-economist-rbi-governor-1407702-2018-12-12](http://www.indiatoday.in/business/story/shaktikanta-das-non-economist-rbi-governor-1407702-2018-12-12)>.

20. Agência indiana de investigação de crimes financeiros. (N. T.)

21. “Chidambaram’s Arrest Daylight Murder of Democracy”. *Times of India*, 22 ago. 2019. Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/india/chidambarams-arrest-daylightmurder-of-democracy/articleshow/70783255.cms>>.

22. “UN Team Alleges Violations of Rights in Kashmir”. *The Hindu*, 22 ago. 2019.

23. “Outrage over Right-Wing Euro-MPs’ Kashmir Visit”. *BBC News*, 30 out. 2019. Disponível em: <[www.bbc.com/news/world-asia-india-50231022](http://www.bbc.com/news/world-asia-india-50231022)>. Ver também Manoj Joshi, “Doval’s Dog and Pony Show for MEPs Is a Disaster for Indian Diplomacy”. *The Wire*, 30 out. 2019. Disponível em: <<https://thewire.in/government/eu-mp-kashmir-visit-ajit-doval>>; “Kashmiris’ Situation Is Unsustainable, Merkel Says”. *Reuters*, 1 nov. 2019. Disponível em: <<https://news.yahoo.com/kashmiris-situation-unsustainable-merkel-says-130216714.html>>.

24. Ver Yamini Aiyar, “Modi Consolidates Power: Leveraging Welfare Politics”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 4 (out. 2019), pp. 78-88.

## **Eleições Municipais: o que 2020 nos reserva?**

*Humberto Dantas*

*Humberto Dantas é cientista social, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Pesquisador pós-doutorando em Administração Pública pela FGV-SP. Professor universitário, coordenador da pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. Head de Educação do CLP — Liderança Pública. Analista política da 4E Consultoria e comentarista político da Rede Vida de Televisão. Autor da publicação mensal “Brasil em Foco”, da Fundação Konrad Adenauer do Brasil, e coordenador do blog Legis-Ativo do Estadão. Conselheiro da Fecomércio de São Paulo, no Conselho de Política e Economia.*

**E**m anos recentes tem aumentado a preocupação da ciência política brasileira com as questões associadas à realidade municipal. Importante salientar que este texto não olhará somente para as eleições nas capitais ou naquelas que são chamadas de “as principais cidades do país”. Há que se considerar como relevantes todos os municípios, observando que as disputas ocorrem simultaneamente em todo o país.

A realidade política na maioria das cidades é muito diferente daquela trazida pela imprensa nacional e por muitos analistas que insistem em se concentrar nos grandes colégios eleitorais. Em 2016, por exemplo, menos de 1,7% das 5.570 cidades brasileiras podiam ter segundo turno de acordo com a lei, porque tinham mais de 200 mil

eleitores. Isso significa que, na vasta maioria dos municípios, mais de 98% deles, a eleição para prefeito se dá em turno único.

Igualmente há que se recordar que a imensa maioria daquilo que popularmente se chama de “classe política” é formada por vereadores, que ocupam quase 60 mil postos de representação nas câmaras municipais brasileiras — destaque-se que mais de 80% dos parlamentos locais têm entre nove e onze representantes. Se essa quantidade de gente fosse uma cidade, ela estaria entre as 500 mais populosas do país. Os 57.933 eleitos em 2016 teriam praticamente a mesma dimensão de Juruti, no Pará, a 38º maior população do estado em uma lista de 144 localidades. Maior que Jaguariúna, Taquaritinga ou Santa Isabel, em São Paulo. Considerado o total de candidatos a vereador registrados na Justiça Eleitoral em 2016, esse número saltaria para 463 mil, ou seja, o contingente de candidaturas a vereador naquela eleição equivaleu à população de uma cidade que estaria entre as 50 maiores do Brasil, perto de São José do Rio Preto-SP, São João do Meriti-RJ, Vila Velha-ES ou Betim-MG. Todo esse universo e um eleitorado de mais de 147 milhões de eleitores fazem do pleito municipal brasileiro um dos, se não o maior, do planeta realizado em um mesmo instante.

Constatadas as dimensões das eleições municipais no Brasil, este artigo será dividido em cinco partes, incluindo esta breve introdução. Importante salientar, desde já, que o intuito não é promover aqui uma extensa revisão bibliográfica que confira ao texto um semblante mais acadêmico. O objetivo é oferecer uma visão abrangente e empiricamente fundamentada das eleições locais, numa perspectiva ensaística. Dessa maneira, serão tratadas as seguintes questões:

- 1) a relevância do pleito para o desenvolvimento do quadro partidário, com destaque para o “partido do presidente da República” em perspectiva histórica, o espraiamento da esquerda nos municípios brasileiros a partir de 2003, a bipolaridade entre PT e PSDB, e o peso do MDB na realidade local;

- 2) as possíveis relações entre a eleição local e aquelas realizadas nos estados e na Federação dois anos antes e depois para os mais diferentes cargos – presidente e vice, governadores e vices, deputados federais e estaduais e senadores;
- 3) as novidades para o pleito de 2020, o primeiro a ser disputado depois da extinção das coligações em eleições proporcionais e da criação do Fundo Eleitoral (o fundo já existia nas eleições de 2018, mas esta é primeira eleição local na qual será utilizado), bem como a influência do bolsonarismo, das mídias digitais, das *fakenews* e dos movimentos de renovação política.

Na conclusão, além de uma síntese das questões analisadas, serão destacadas as possíveis mudanças acarretadas pela pandemia causada pelo Novo Coronavírus.

### **Pleitos municipais e partidos nacionais – existem relações?**

Legalmente, partidos políticos no Brasil são organizações nacionais. Isso não significa dizer que precisam estar presentes nas 27 unidades federativas da nação com diretórios ou organismos estaduais, tampouco e muito menos nos cerca de 5.570 municípios brasileiros. Em tese basta que uma legenda se organize em nove estados e será considerada nacional, obtendo a autorização para participar das eleições.

Assim, é esperado que exista uma heterogeneidade bastante significativa na distribuição dos partidos políticos brasileiros pelo território. Segundo Braga e Pimentel (2013), por exemplo, enquanto algumas raras legendas estavam presentes em mais de 5.000 cidades com seus organismos municipais, casos de PT e MDB, outras sequer totalizavam cem localidades, como as chamadas “pequenas legendas

de esquerda”. O caso de maior presença é historicamente do PMDB. A do PT cresceu muito durante os 14 anos, e três eleições municipais, em que o partido esteve no poder central. Também o PSDB e o Progressistas, por razões históricas, têm presença de peso nas cidades. Por outro lado, dados de 2011 mostravam que o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) possuíam tão somente 46 e 63 organismos locais, respectivamente (*idem*).

De acordo com Dantas (2007) e Machado (2007) a presença em vários municípios não significa que um partido tenha identidade clara e homogênea em todos eles, sobretudo no que diz respeito, por exemplo, às coligações que celebra para a disputa de prefeituras. O cientista político italiano Ângelo Panebianco (1988) afirmava que, em sistemas federativos como o brasileiro, os partidos tendem a um comportamento descentralizado, ou seja, dificilmente conseguem se organizar em torno de uma linha de ação nacional e homogênea. Reforça essa percepção a afirmação de David Fleischer (2002), para quem os partidos políticos brasileiros formam, para dizer o mínimo em termos de fragmentação, uma confederação condizente com o total de organismos estaduais de cada legenda. Isso significa dizer que, de acordo com tal percepção, teríamos 27 PT's, 27 MDB's e assim por diante.

Localmente esse sentimento não é muito diferente e pode acentuar ainda mais a sensação de heterogeneidade dos partidos. Em artigo escrito para a revista acadêmica da Fundação Liberdade e Cidadania, do Democratas, Dantas e Praça (2012) reproduziram a fala de um ex-parlamentar, hoje governador de estado, nos bastidores de um programa de TV: “Partido é igual à Casa do Pão de Queijo, quem compra a franquia explora a marca”. A visão empresarial sobre a lógica das franquias pode estar distorcida, mas o comportamento das legendas não escapa muito a essa sensação ilustrada por aquele político. As alianças entre legendas para a disputa de prefeituras deixam isso bastante claro.

Na Tabela 1 é possível visualizar o total de cidades em que cada partido selecionado esteve aliado a outro, sendo A apoiando um candidato de B, sendo B apoiando uma candidatura de A, ou A e B unidos apoiando um nome apresentado por um terceiro partido. O ano de 2012 foi escolhido por ser aquele no qual, entre 2000 e 2016, os dez partidos escolhidos estavam mais presentes nas cidades. O dado que inicialmente mais chama a atenção é a ausência de tendências claras de alinhamento ideológico entre os partidos, e mesmo entre as representações locais desses partidos e a sua identidade no plano nacional. Em 2012, Dilma Rousseff (PT) estava em seu segundo ano de mandato presidencial, sua popularidade atingia 62% de apoio de acordo com o Datafolha entre agosto e dezembro e uma ampla aliança de legendas dava sustentabilidade à sua agenda no Congresso Nacional.

**Tabela 1 – Alianças entre partidos selecionados para a disputa de prefeituras em 2012**

2012	PP	DEM	PR	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
<b>PP</b>										
<b>DEM</b>	1.646									
<b>PR</b>	1.511	1.536								
<b>PTB</b>	1.734	1.528	1.449							
<b>PMDB</b>	1.739	1.612	1.567	1.766						
<b>PSDB</b>	1.909	1.991	1.571	1.723	1.762					
<b>PPS</b>	1.192	1.226	1.032	1.138	1.250	1.373				
<b>PDT</b>	1.521	1.346	1.308	1.532	1.654	1.523	1.167			
<b>PSB</b>	1.455	1.291	1.324	1.439	1.554	1.469	1.130	1.489		
	1.531	1.041	1.402	1.493	2.028	1.104	1.007	1.702	1.697	

Fonte: Dantas, 2013

Em termos quantitativos se nota que nenhuma relação da Tabela 1 ocorreu menos de mil vezes — PT e PPS estiveram unidos em 1.007 locais — e apenas uma delas superou discretamente dois mil arranjos:



PT e PMDB, que, para além de parceiros no campo federal, foram os partidos mais presentes nas cidades brasileiras naquele ano. Existisse um comportamento nacionalizado, ou claramente ideologizado, e alguns dos cruzamentos da tabela se aproximariam mais de zero, enquanto outros atingiriam números mais expressivos. Os dados denotam caos? Não necessariamente.

Primeiro porque, se a unidade de análise fosse cada estado da Federação, tornaria-se mais evidente certa estabilidade nas alianças entre partidos ao longo dos pleitos analisados (Dantas, 2009 e 2007). Segundo porque as dinâmicas locais podem emprestar sentido a esse comportamento (Dantas, 2007 e Machado, 2007). O que se pode concluir a respeito da heterogeneidade das alianças partidárias feitas ao nível local é que partido algum no Brasil consegue controlar verticalmente, a partir de suas executivas nacionais, milhares de acordos municipais.

Outro ponto a salientar é que, à medida que os partidos de esquerda, em particular o PT, chegaram aos governos federal e estaduais, as suas alianças se tornaram mais amplas e ideologicamente heterogêneas. A partir de 2003, o PT deixa de ser um partido de esquerda que resistia a acordos com a direita para se tornar mais flexível, agindo como legenda de governo e se associando mais facilmente com diversas agremiações em diferentes municípios (Miguel e Machado, 2010).

Prova disso é que os dados da Tabela 2, mostrando como as alianças avançaram percentualmente em 2012 quando comparadas a 2000, apontam que a associação que mais cresceu foi, justamente, aquela entre PT e PP, iconograficamente simbolizada pela fotografia de Lula e Fernando Haddad abraçando Paulo Maluf nos jardins da casa deste último em agradecimento à aliança na capital paulista em 2012. É igualmente relevante notar que nenhum número na tabela é negativo, ilustrando avanço em todos os acordos. Por fim, destaca-se como a esquerda, sobretudo o PT e o PSB, ampliaram seus respectivos leques de parcerias com a direita.

**Tabela 2 – Variação percentual de alianças entre partidos selecionados para a disputa de prefeituras em 2012 em relação a 2000 (%)**

em destaque aliança que superaram o dobro de aumento no período

2012/2000	PP	DEM	PR	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
<b>PP</b>										
<b>DEM</b>	1,79									
<b>PR</b>	104,74	57,22								
<b>PTB</b>	45,59	13,44	78,89							
<b>PMDB</b>	37,15	14,73	84,35	45,59						
<b>PSDB</b>	50,20	24,05	98,61	35,14	23,04					
<b>PPS</b>	90,42	76,91	136,16	91,58	45,35	62,10				
<b>PDT</b>	94,50	69,52	163,71	108,72	67,07	92,54	93,85			
<b>PSB</b>	242,35	168,96	296,41	223,37	175,04	155,92	119,42	173,21		
<b>PT</b>	557,08	445,03	520,35	402,69	188,07	144,79	91,44	159,45	186,66	

Fonte: Dantas, 2013

Se, por um lado, a Tabela 2 indica que as alianças se tornaram mais diversas, o número de candidatos a prefeito se manteve relativamente estável. Fica abaixo de 15 mil em 2000 e 2008, pouco acima desse patamar em 2004 e 2012, e supera 16 mil chapas apenas em 2016. Esse aparente paradoxo, criado a partir do aumento da presença dos partidos nas cidades sem consequente crescimento do total de candidatos às prefeituras, é explicado pelo que Maurice Duverger (1987), teórico dos partidos políticos, chamou de Lei de Bronze: sistemas majoritários uninominais de turno único, como são as eleições para prefeito em mais de 98% das cidades brasileiras, tendem a produzir uma disputa bipolar. Em 2000, por exemplo, cada candidatura a prefeito no país carregava consigo uma média de 2,9 partidos, crescendo para 3,4 em 2004 e 4,1 em 2008. Em 2012 e 2016 esse total chegou a 4,9, reforçando a ideia de que as legendas efetivamente se espalharam pelo território nacional, persistindo a concentração delas em torno de poucas candidaturas, o que finda

elevando de maneira significativa a diversidade de combinações nos desenhos das coligações municipais.

Embora as disputas locais não espelhem o comportamento das legendas em âmbito nacional, o partido do presidente da República tende a ter bom desempenho nas eleições municipais. Sempre que uma nova legenda chega ao Palácio do Planalto, existe uma tendência de que sua presença se espalhe pelas cidades. Em 1992, ainda bastante jovem no cenário partidário, o PSDB conquistou pouco mais de 300 vitórias para o Poder Executivo municipal em todo o Brasil. Em 1996, a partir da chegada de Fernando Henrique Cardoso ao Planalto em 1995, a legenda conquistou quase mil cidades, ampliando discretamente o número em 2000, quando ainda estava no poder central (Nagy e Somain, 2016). Por sua vez, o PT aumentou em mais de três vezes o número de prefeituras conquistadas pelo partido depois que chegou ao poder federal: 187 prefeituras conquistadas em 2000, 410 em 2004, 558 em 2008 e 639 em 2012 (*idem*).

Este peso da legenda que está no Planalto pode estar associado à dependência econômica dos municípios em relação ao governo federal (Dantas, 2007). Ou seja, a força do partido que detém o poder federal estaria relacionada à distribuição de recursos voluntários do orçamento nacional aos municípios e à incidência de políticas públicas nacionais com forte impacto nas realidades das cidades, sobretudo das menores. De acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), em 2016 quase 70% dos municípios brasileiros possuíam populações com menos de 20 mil habitantes e dependiam em 90% ou mais de suas receitas dos repasses estaduais e, sobretudo, federais (FIRJAN, 2018).

Além disso, é relevante destacar que o conjunto dos partidos de esquerda se beneficiou com a chegada do PT ao poder federal. Enquanto PPB/PP, PL/PR, PFL/DEM e PTB estiveram presentes em média em 3.627 cidades em disputas majoritárias em 2000, com média de 1.342

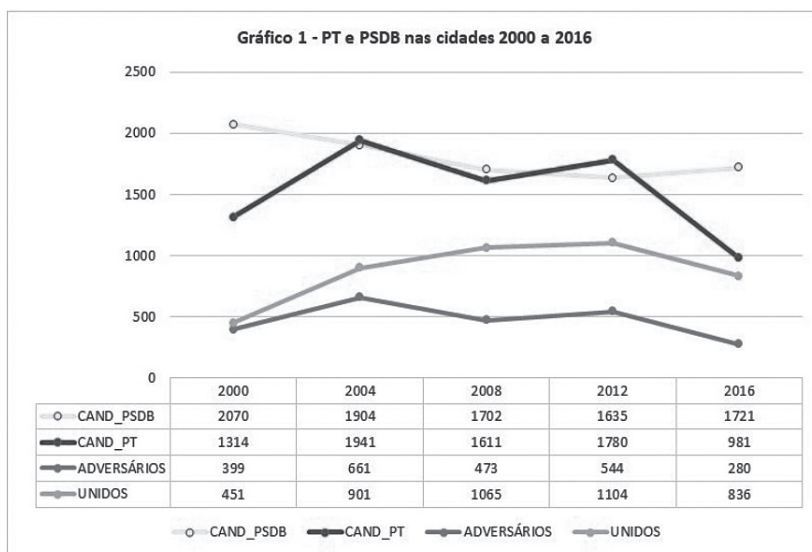
candidatos cada um naquele ano, os integrantes do quarteto formado por PT, PSB, PDT e PSB estiveram presentes em média em 2.476 municípios, com média de 830 candidatos cada um. Dezesesseis anos depois, a presença dos partidos mais à direita nas disputas municipais cresceu 10,1% em relação a 2000, ao passo que os partidos mais à esquerda aumentaram suas respectivas participações em 56,7%.

Em igual período, assiste-se ao declínio relativo do principal partido municipalista do Brasil. Em 1988, o então PMDB (hoje MDB) elegeu 1.606 prefeitos, mais de um terço das cidades brasileiras num país que à época contava com pouco mais de 4.000 municípios. A legenda, vista como a principal responsável pelo processo de redemocratização do país, esteve no governo federal entre 1985 e 1989, e nas eleições estaduais de 1986 elegeu os governadores de 22 dos 23 estados brasileiros, bem como mais da metade dos deputados federais da Câmara. Bizarro Neto (2013) destaca a decadência do PMDB, com ênfase para o estado de São Paulo entre 1994 e 2010, lembrando aqui que o partido, a despeito da perda de força nacional, manteve intacta até 2016 a conquista de mais de mil cidades a cada eleição. O percentual de tais conquistas, no entanto, apresentou declínio. Nos dois pleitos locais mais recentes (2012 e 2016), por exemplo, foram menos de 20% do total de cidades do país (Nagy e Somain, 2016).

A redução do impacto do MDB no nível nacional — seu último candidato à Presidência foi Orestes Quércia em 1994, que terminou o primeiro turno com menos de 5% dos votos válidos —, a mudança na estratégia organizacional diante da perda de hegemonia e o surgimento de partidos capazes de ocuparem parte de seu espaço de legenda governista — formando o que se convencionou chamar de Centrão — são hipóteses a serem anotadas e exploradas em estudos sobre a legenda. Couto, Abrucio e Teixeira (2014), por exemplo, se referem a tal transformação como sendo marcada pela passagem de um partido protagonista para a condição de um parceiro estratégico de governabi-

lidade. Em trabalho de 2013, esse mesmo trio de autores afirma que “o PMDB persiste como maior partido do país em número de prefeituras, o que revela sua capilaridade e implantação no território nacional, mas continua sem a possibilidade de ter candidatura própria viável à Presidência da República, uma vez que não possui liderança política que seja capaz de mobilizar a sociedade e unir o partido”.

Por fim, é necessário observar que a polaridade entre PT e PSDB, que marcou a política nacional entre 1994 e 2014, não se reproduziu da mesma maneira no nível local. O Gráfico 1 mostra que nas cidades eles foram muito mais aliados do que adversários diretos — um candidato de A *versus* um candidato de B. Em 2000, antes de o PT chegar ao poder federal e quando ainda se mostrava mais aguerrido do ponto de vista ideológico, as alianças com o PSDB foram pouco numerosas, assim como os enfrentamentos (neste caso porque o partido tinha ainda limitada presença nos municípios). O quadro muda depois que o PT chega ao Planalto. Não apenas o número de enfrentamentos aumenta, mas, o que é mais notável, o número de alianças com o PSDB em nível local cresce a uma taxa ainda mais elevada que aquela dos enfrentamentos, nos três pleitos de 2004 a 2012. Mesmo em 2016, no auge da polarização entre as duas legendas e em meio ao *impeachment* de Dilma Rousseff, as alianças firmadas entre os dois partidos caem em ritmo mais lento do que a queda na presença de candidatos petistas, ao passo que a redução do número de enfrentamentos se dá em ritmo mais rápido.



Fonte: dados do Tribunal Superior Eleitoral tabulados para esse artigo

Com base em tais resultados, é possível afirmar que: a despeito de a polarização entre os dois partidos ocorrer em estados de grande eleitorado, no plano federal e em cidades relevantes em termos populacionais, na maioria dos municípios a realidade foi outra. É o que apontam Sandes e Almeida (2014), ao afirmarem que “as disputas entre PT e PSDB se tornaram mais nítidas nos municípios mais populosos, cujo benefício eleitoral é maior”. Na maioria das cidades, como se costuma dizer no universo político, partido por vezes é apenas a roupagem utilizada por grupos locais para o cumprimento de uma determinação legal associada à filiação para a disputa de eleições com base em critérios de elegibilidade. Aqui volta a fazer sentido a metáfora da Casa do Pão de Queijo apresentada por Dantas e Praça (2013), ou seja, a percepção de que a “tese da racionalidade política contextual prepondera nos menores municípios” (Sandes e Almeida, 2014).

## **Eleições municipais e o impacto “das” e “nas” realidades estaduais e nacional**

Compreender o impacto das eleições municipais sobre os pleitos estaduais e federais seguintes, bem como entender inversamente como tais disputas influenciam as corridas municipais, é assunto que tem desafiado a ciência política ao longo dos anos. O objetivo aqui não é esgotar esse debate. As respostas a essa questão diferem, principalmente, de acordo com as variáveis observadas e os cargos destacados nas análises. Por exemplo: as eleições municipais não tendem a impactar de maneira clara a corrida presidencial, mas podem ter forte influência nas disputas de parte das vagas da Câmara dos Deputados. Em 2001, Pereira e Rennó, buscando compreender as dinâmicas político-institucionais que levaram um deputado federal a ser reeleito em 1998, concluíram de modo apenas exploratório que: “essa relação entre eleitor e representante é muito mais dinâmica e complexa do que pode parecer, sendo mediada por uma série de outros atores locais tais como prefeitos, vereadores e líderes comunitários que apoiarão o seu representante federal se ele conseguir beneficiar essa rede de interesses”.

Avelino, Biderman e Barone (2012) avançaram na pesquisa dessas relações e seus efeitos eleitorais e perceberam que existem “evidências de um forte efeito *coattail* reverso, chamando a atenção para a importância das organizações partidárias municipais para entender os resultados nas eleições proporcionais estaduais”. Isso significa dizer que as estruturas partidárias e políticas locais impactam as eleições proporcionais realizadas nos estados — deputados estaduais e federais. Nesse mesmo sentido, mas numa lógica *coattail* padrão, Luz e Dantas (2017) conseguem mostrar a existência de evidências de que os deputados federais, por meio de suas emendas individuais, “beneficiam políticos de seu partido; contribuem com agentes do que poderia ser seu ‘grupo político’ para além da legenda às quais pertencem;

procuram adensar a disputa local contra adversários em redutos estratégicos; ou mesmo tendem a alavancar suas próprias candidaturas a prefeito em cidades específicas”. Assim, a relação, por exemplo, entre as eleições majoritárias municipais e o cargo de deputado federal, ou mesmo estadual, seria bastante forte. Luz (2013) já havia sugerido relação importante entre recursos ministeriais investidos nos estados e estratégias eleitorais partidárias e de políticos em ações para a disputa de governos estaduais ou mesmo prefeituras.

O controle das máquinas dos governos estaduais é um fator de peso nas eleições municipais. Dantas (2009) aponta que, quanto mais longa a permanência de um partido, ou grupo político, no domínio de uma unidade da federação, maior a influência sobre a realidade das eleições municipais. O contrário, em alguma medida, também pode ocorrer: muitos prefeitos alinhados podem contribuir com a manutenção de um dado grupo no poder estadual. O PSDB, por exemplo, comandando São Paulo desde 1995, chegou a conquistar cerca de 30% das prefeituras do estado numa mesma eleição — em 2004 e 2008 — assim como já governou em algum instante, entre 2001 e 2020, cerca de 75% das cidades do estado. Tais resultados reforçam a percepção de Dantas (2007) sobre a força do partido do governador nas realidades eleitorais municipais. Nessa linha, outros exemplos podem ser destacados: em 2016, governando o Mato Grosso do Sul e assistindo ao enfraquecimento das forças políticas do PMDB e do PT, o PSDB conquistou quase metade das cidades do estado; o PSB, em Pernambuco, sob o controle, principalmente, de Eduardo Campos, não fez diferente; o PFL, na Bahia dos tempos de Antônio Carlos Magalhães, conquistou espaços relevantes; e o PT, no Acre, entre 1996 e 2016, também.

No que diz respeito às eleições presidenciais e sua respectiva relação com a realidade municipal, Sandes e Almeida (2012) indicam que “o impacto da presidencialização da competição eleitoral se apresen-



tou mais acentuado nos municípios mais populosos”, mas é importante considerar a lógica local, bem como os achados de Couto, Abrucio e Teixeira (2013), para quem “as eleições municipais têm vínculos complexos e não lineares com as eleições nacionais (...) e a conjuntura política gerada por uma disputa eleitoral não necessariamente persistirá na próxima”.

Em suma, há indicações de uma relação forte entre eleições municipais e eleições proporcionais para as Assembleias Legislativas estaduais e para a Câmara dos Deputados. Assim, a quantidade significativa de deputados federais eleita por uma legenda lhe renderia recursos partidários extraordinários para que seus parlamentares, em boa parte das vezes, distribuam recursos para as campanhas dos membros de seus grupos políticos locais, sendo retroalimentados por eles nos pleitos estaduais seguintes. Até 2012, por exemplo, era bastante comum que um deputado federal visitasse empresas com as quais tinha proximidade solicitando doações para seus políticos regionais — o que teve fim com a proibição do Supremo Tribunal Federal à prática de doação de pessoas jurídicas às campanhas.

A despeito dos achados aqui apresentados, é bom lembrar o que dizem Couto, Abrucio e Teixeira (2013): “A conjuntura política gerada por uma disputa eleitoral não necessariamente persistirá na próxima”. Em 2016, por exemplo, o PSDB saiu das eleições municipais extremamente fortalecido, conquistando eleitorados estratégicos nos municípios brasileiros. Seu arco de alianças em torno da candidatura de Geraldo Alckmin capturava, em tese, recursos eleitorais e políticos expressivos. Contrariamente às expectativas, o partido sofreu uma fragorosa derrota nas eleições presidenciais e viu seu número de representantes na Câmara dos Deputados se reduzir nas eleições de 2018. Já o PT, que saiu bastante enfraquecido das urnas em 2016, chegou ao segundo turno presidencial em 2018 e fez a maior bancada da Câmara dos Deputados naquele ano. A conjuntura, nesse sentido, teria

um impacto robusto. Mas não é possível descartar a hipótese de que o último pleito nacional e estadual pode ter sido algo totalmente fora dos padrões políticos do Brasil, o que adiciona incertezas sobre o processo de 2020 que serão observadas mais adiante nesse artigo.

## **O que 2020 nos reserva em matéria de desafios eleitorais?**

Importante dividir essa seção em duas partes. Na primeira, abordarei as mudanças legais para o pleito de 2020. As duas principais delas estão associadas ao financiamento de campanhas e às eleições proporcionais. O pleito de 2016 foi significativamente atípico, quando comparado aos anteriores. Não apenas foi dos que menor atenção recebeu de parte da imprensa, mais interessada em cobrir o impeachment de Dilma e a posse de seu vice-presidente, além da corrida para a Casa Branca, afinal vencida por Donald Trump, como também foi a primeira a se dar depois das decisões de encurtar o tempo de campanha (de 90 para 45 dias, com redução na exposição das candidaturas no rádio e na TV) e proibir o financiamento empresarial, sem qualquer medida compensatória em termos de recursos econômicos. Resultado: 2016 foi uma eleição entendida como “secreta”, onde o peso do autofinanciamento e das contribuições de pessoas físicas dobrou em relação a 2012, impulsionando nomes, em muitos casos, pouco conhecidos do eleitorado e/ou muito ricos.

A primeira novidade de 2020, em tese, é a entrada de recursos públicos de cerca de R\$ 2 bilhões nos cofres dos partidos políticos para a realização das campanhas locais. Essa novidade levanta duas questões. A primeira diz respeito a como será financiada: com recursos públicos equivalentes aos de 2018, quando o Fundo Eleitoral debutou, uma disputa eleitoral que, em comparação com as eleições disputadas nacional e estadualmente, costuma ter entre 15 e 20 vezes mais can-

didatos? O clamor de parcelas da sociedade e da mídia, e a ameaça de o presidente da República vetar um valor maior para tal rubrica orçamentária, deixaram o Fundo Eleitoral com recursos praticamente idênticos àqueles de dois anos atrás. A segunda questão diz respeito a quem controlará e como serão gastos esses recursos? Por exemplo, os partidos reservarão recursos para os municípios maiores, deixando à míngua os candidatos nas pequenas cidades? Além disso, como atuará a Justiça Eleitoral na fiscalização do uso desses recursos? São perguntas para as quais não há respostas claras por ora.

Além da forte presença do financiamento público pela primeira vez numa eleição municipal, o pleito de 2020 inaugura a proibição às coligações partidárias para as eleições proporcionais, no caso para as Câmaras de Vereadores. A Emenda Constitucional 97 fez com que parte do artigo 17 da Constituição Federal passasse a vigorar com a seguinte redação:

“É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária” (parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional 97 de 2017, grifo nosso)

Como a mudança legal leva à disputa para um território ainda desconhecido, não resta senão construir hipóteses prospectivas sobre as estratégias eleitorais que os partidos adotarão para se adaptar à nova realidade. Com esse intuito, cabe levantar a seguinte questão: haverá

um aumento no total de candidaturas a vereador ou uma a concentração em torno de alguns grupos locais coletivamente mais bem organizados? Num primeiro momento certamente veremos todo tipo de tentativa pelos agentes políticos, o que certamente trará incertezas que podem resultar numa reflexão por parte de deputados federais que disputarão o pleito de 2022 sob essa nova realidade. Se o resultado for visto com grau de incerteza elevada, aumentam as chances de os parlamentares nacionais discutirem mais uma reforma política em 2021.

Quando as coligações para as eleições proporcionais eram permitidas, a formação de alianças majoritárias em torno de uma chapa para prefeito e vice trazia consigo o desafio, estrategicamente negociado, de separar os partidos componentes do grande acordo em blocos de legendas que formavam coligações menores para a disputa das vagas nas Câmaras — em 2016, por exemplo, o Brasil superou 15 mil candidaturas a prefeito e foram apresentadas mais de 25 mil chapas para as eleições proporcionais. Assim, uma aliança de dois ou mais partidos, em boa parte das cidades estava limitada legalmente a lançar candidatos em número até duas vezes maior que o total de vagas em disputa na Câmara de Vereadores. Mas, se a aliança majoritária se quebrasse em várias coligações para as eleições proporcionais, os partidos ou grupos de partidos poderiam lançar um número maior de candidatos.

Tomemos como exemplo uma coligação de seis partidos apoiando uma chapa majoritária, numa cidade com 11 vagas na Câmara Municipal. Se esses seis partidos se mantivessem unidos na eleição proporcional, a chapa única poderia lançar no máximo 22 candidatos. Mas, se a aliança majoritária de seis partidos se quebrasse em três duplas de coligações para a Câmara de Vereadores, cada uma delas poderia lançar 22 nomes, o que triplicaria o número de candidatos a vereador apoiando a aliança formada para disputar a prefeitura. O risco nessa segunda opção era ficar aquém do coeficiente eleitoral e pulverizar

demais as votações nominais. O tamanho ideal das coligações proporcionais era cuidadosamente negociado pelos melhores estrategistas locais. Com base na experiência, eles sabiam estimar quantos partidos deveriam ficar juntos para que alcançassem o coeficiente eleitoral e garantissem vagas na Câmara Municipal.

O jogo agora mudou e o cálculo anterior já não faz mais sentido, pois os partidos terão que disputar sozinhos as eleições proporcionais. Diante desse quadro e com base no exemplo anterior, o que devemos esperar? Que os seis partidos lancem 16 candidatos cada um ou que o grupo político local que controla essas legendas concentre os nomes fortes num único partido ou em poucos deles? Os grupos locais terão força para aglutinar políticos fortes ou os cálculos individuais de alguns vereadores os levarão para partidos onde tentarão montar chapas que se pulverizarão em dezenas de candidaturas locais? Poderemos ter alguns indícios antecipados de quais estratégias deverão prevalecer — ao término do prazo para filiações e trocas partidárias —, mas as respostas àquelas perguntas só se tornarão claras a partir dos registros de candidaturas e consolidação dos bancos de dados da Justiça Eleitoral.

Salienta-se aqui que não é a primeira vez, em tempos recentes, que vereadores passam por desafios complexos na reformulação de suas estratégias. Em 2004, em pleno ano eleitoral, uma interpretação judicial colocou fim a cerca de 9.000 vagas nas câmaras municipais brasileiras. Por meio da Resolução 21.702, de 02 de abril de 2004, o Tribunal Superior Eleitoral redefiniu o total de vagas de vereadores por cidade. Naquela eleição foi mais difícil conquistar uma cadeira nos parlamentos locais em grande parte das cidades brasileiras.

Independentemente das estratégias dos partidos, importa ressaltar que os eleitores tendem a analisar a realidade municipal em si mesma, sem maior consideração pelo ambiente estadual ou federal (Sandes e Almeida, 2014). Assim, prefeitos bem avaliados tendem a permanecer

no cargo a despeito de arranjos partidários. As pesquisas indicam que o cidadão está em melhores condições para avaliar o desempenho das administrações locais, pois conhece melhor as atribuições da prefeitura e os resultados das políticas públicas em áreas como saúde, educação, transporte etc.

Ainda do ponto de vista do eleitor, cabe indagar sobre a manifestação da chamada apatia eleitoral, refletida no crescente número de votos brancos, nulos e abstenções. Em 2016, o fenômeno apresentou uma incidência bastante heterogênea no Brasil. As análises acadêmicas, desde os anos 90, mostram que “a apatia política” não apresenta uma tendência clara, na contramão da percepção da crônica política” (Fernandes, 2017). Nesse sentido, seria relevante verificar o que de fato ocorre (e ocorrerá) no país, e não apenas em determinadas cidades onde o afastamento eleitoral de grandes parcelas dos eleitores pode chamar mais a atenção.

Por fim, é importante também buscar compreender o peso que as redes sociais e as estratégias verificadas em 2018 podem ter na realidade dos municípios. Aqui a questão central estaria simbolizada pelo impacto do WhatsApp e outras ferramentas mais atuais na forma de o eleitor receber e processar informações, sendo o fenômeno das *fake-news* algo bastante relevante. Chicarino e Segurado (2019) se referem ao fenômeno afirmando que “se inaugura uma nova forma de fazer campanha eleitoral, com mensagens direcionadas e microsegmentadas que faz com que se receba cotidianamente informações sobre um candidato que é feito sob medida às idiossincráticas expectativas e necessidades de cada eleitor (...) Esse novo paradigma (...) favorece identificações extremadas gerando uma militância mais aguerrida”.

Essa nova forma de comunicação vem associada a um rechaço à política tida como tradicional. Já em 2016 foi verificada uma tendência, em algumas cidades, de candidatos a prefeituras de cidades importantes se apresentarem como gestores, administradores e técnicos,

com frequência oriundos do setor privado. O caso de João Dória Jr. em São Paulo talvez tenha sido o mais emblemático, mas em outros tantos locais a estratégia se repetiu. Em 2018, a recusa à política ganhou tom mais agressivo, com Jair Bolsonaro se apresentando como combatente radical da política tradicional, associando-a à corrupção. Em torno do presidente eleito, nomes até então pouco expressivos que buscaram se colar à sua imagem lograram êxito nas eleições para governos estaduais — exemplos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima e Santa Catarina —, bem como para postos legislativos.

O desejo pela renovação política não é um preditor claro de tendências eleitorais. Mesmo diante de tantos movimentos e grupos que pregam o que seria a “boa política”, a “nova política” ou uma forma “diferente de fazê-la”, Dantas e Sodré (2018) afirmam que “o desejo por uma renovação na política pode ser compreendido por diferentes pontos de vista e o termo ‘renovação’ possivelmente abarca desejos e expectativas distintas para uns e para outros”.

É nesse sentido que fica aqui a questão central de um debate ainda sem resposta: 2018 foi um ponto fora da curva ou inaugurou um novo padrão eleitoral, seja na forma das campanhas, seja em seus resultados, reduzindo o peso dos partidos e aumentando o protagonismo dos candidatos?

## **Conclusão**

Para 2020, será relevante observar se o fenômeno Jair Bolsonaro, que impactou de forma significativa a composição dos partidos na Câmara dos Deputados, trará consequências às realidades municipais. Isso porque a aliança entre PSL e PRTB, pela qual se elegeu, não tem força no nível local. Até 2018 o Partido Social Liberal era classificado pela ciência política numa lista genérica de “pequenos partidos de direita”. Acresce que, antes de seu primeiro pleito municipal como

presidente, Bolsonaro deixou o PSL. O grupo que está no poder nacional optou por tentar construir um novo partido, a Aliança pelo Brasil, mas a legenda sequer conseguiu reunir em prazo legalmente exigido as assinaturas de apoio para disputar as eleições municipais. Assim, aparentemente a influência do presidente nos pleitos locais será reduzida, ou não responderá ao que tradicionalmente se espera desse fenômeno.

Além disso, os partidos fortalecidos nas eleições de 2016 não repetiram tal êxito nas composições de bancadas legislativas em 2018, casos principalmente de PSDB e MDB — no caso desse último será importante verificar como se sairá diante do fato de não fazer mais parte da coalizão governista nacional, condição que o caracterizou durante muitos anos, de acordo com Couto, Abrucio e Teixeira (2014).

Finalmente, tendo em vista essa nova realidade que veio à tona nas eleições de 2018, restará perceber se a lógica conjuntural destacada por Couto, Abrucio e Teixeira (2013) teria peso expressivo na realidade de 2020, assim como torna-se necessário entender se as novas formas de se fazer campanha e construir candidaturas, expostas por Chicarino e Segurado (2019), impactarão o pleito municipal a ponto de arrefecer a força dos políticos estaduais e federais nas órbitas locais. Não existe resposta pronta para tais questões.

Destaco, por fim, que a crise trazida pela pandemia do Coronavírus, e a adoção do isolamento como medida para mitigar os efeitos da doença, afeta o calendário eleitoral. Entre março e abril, a janela legal de transferência partidária dos vereadores, por razões óbvias, sequer entrou no noticiário. O prazo de filiação partidária foi questionado na justiça, que sugeriu que o calendário eleitoral fosse mantido, ao menos, até junho. Mas as convenções partidárias, a serem realizadas entre 20 de julho e 5 de agosto, e o período de pré-campanha, quando as reuniões são constantes e permitidas em locais



fechados, podem sofrer consequências significativas a depender da evolução da doença.

Neste contexto, surgiram, ainda que embrionariamente, duas teses de adiamento das eleições. É curioso notar, como sinal da fragilidade dos partidos, que dois parlamentares de uma mesma legenda tenham apresentado ideias distintas sobre a realização do pleito municipal. Em março, enquanto o deputado federal Léo Moraes (Podemos-RO) falava em levar a votação para dezembro de 2020, com a posse dos eleitos em janeiro de 2021, o senador Elmano Ferrer (Podemos-PI) tratava de defender a unificação de todas as eleições em 2022.

A unificação do calendário eleitoral é um pleito que dialoga com críticas sobre a paralisia bienal nas máquinas públicas causada pelas eleições e pode ser considerada democrática, mas deveria ser definida para além de uma situação em que mandatários eleitos para mandatos de quatro anos de representação ficassem mais dois anos no poder sem qualquer posicionamento do eleitorado a tal respeito.

Um outro argumento para justificar a unificação das eleições estaria associado ao gasto com o pleito local. Um processo dessa natureza custa dinheiro, mas percentualmente o montante é pequeno diante do orçamento da União. Aventa-se, por exemplo, a suspensão do Fundo Eleitoral para o pleito de 2020, que poderia ser utilizado para arrefecer os efeitos da pandemia no Brasil, se destinado à saúde. Diante da crise econômica que se anuncia, a suspensão do Fundo Eleitoral pode até ocorrer, mas é importante ressaltar: o país está diante da possibilidade de um déficit fiscal, estimado por autoridades da área econômica, na casa dos R\$ 500 bilhões, o que faria do recurso destinado aos partidos para levarem à sociedade suas campanhas algo equivalente a menos de 0,5% desse total. Além disso, é importante lembrar que em 2016 a eleição municipal foi realizada sem a presença desse fundo.

As razões fiscais não parecem suficientes, pelos efeitos negativos sobre a legitimidade dos mandatos conquistados em 2016, para a pos-

tergação das eleições locais e sua realização em 2022, junto com o pleito para a Presidência, Governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

## Referências

BIZZARRO NETO, Fernando (2013). PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

BRAGA, Maria do Socorro; PIMENTEL, Jairo (2013). Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XIV, n. 2.

CHICARINO, Tathiana; SEGURADO, Rosemay (2019). Um candidato customizado: as eleições presidenciais de 2018 e o papel das redes tecnossociais. Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XX, n. 1.

COUTO, Cláudio; ABRUCIO, Fernando; TEIXEIRA, Marco Antonio (2013). As eleições municipais de 2012 e seus efeitos nacionais. Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XIV, n. 2.

COUTO, Cláudio; ABRUCIO, Fernando; TEIXEIRA, Marco Antonio (2014). De protagonista a parceiro da governabilidade: o papel ambíguo e indispensável do PMDB no sistema político brasileiro. In: DANTAS, Humberto; TOLEDO, José Roberto; TEIXEIRA, Marco Antonio (orgs.). Análise política & jornalismo de dados – ensaios a partir do Basômetro. Rio de Janeiro: FGV Editora.

DANTAS, Humberto (2007). “Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos brasileiros nas disputas de 2004 e 2004”. Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo: USP.

DANTAS, Humberto (2008). Partidos políticos e alianças em eleições municipais: ideologia ou pragmatismo? In: 32º Encontro da ANPOCS. Caxambu.

DANTAS, Humberto (2009). Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores. Revista Liberdade e Cidadania – Ano II, n. 6, out./dez.

DANTAS, Humberto (2013). Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras. Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XIV, n. 2.

DANTAS, Humberto (2016). Eleições municipais 2016 – percepções ao término do segundo turno. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Boletim Brasil em Foco, outubro de 2016.

DANTAS, Humberto. PRAÇA, Sérgio (2012). Coligações entre partidos nas eleições municipais de 2004 e 2008. Estudo de caso (DEM/PFL e PT). Revista Liberdade e Cidadania – Ano IV, n. 17, jul./set.

DANTAS, Humberto; SODRÉ, Mônica (2019). Renovação? O que de fato verificamos nas eleições de 2018? Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XX, n. 1.

DUVERGER, Maurice (1987). Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

FERNANDES, Ivan. (2017) Alienação Eleitoral: uma visão multidimensional. Revista Parlamento e Sociedade, volume 5, número 9.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2018). IFDM 2018 – Índice Firjan Desenvolvimento Municipal. Rio de Janeiro: Firjan.

FLEISCHER, David (2002). As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). Opinião Pública, v 8, n 1, Campinas.

KRAUSE, Silvana (2010). Coligações: o estado e desafio das artes. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Org.) (2010). Coligações Partidárias na nova democracia brasileira. Perfis e tendências. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da UNESP.

KRAUSE, Silvana; FERREIRA, Denise Paiva (2000). Institucionalização partidária e influência do partido do governo estadual nas eleições para o Executivo municipal: o padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás. In: XXIV Encontro Anual

da ANPOCS. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000, Petrópolis. Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Org.) (2005). Partidos e coligações eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da Unesp, 2005.

LUZ, Joyce (2013). O lugar dos ministérios no presidencialismo de coalizão. In: VII Congresso Latino Americano de Ciência Política. Bogotá, setembro de 2013.

LUZ, Joyce; DANTAS, Humberto (2017). Coligações majoritárias municipais e emendas parlamentares federais: em busca de conexões. Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XVIII, n. 2.

MACHADO, Carlos A (2007). M. Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: Universidade de Brasília.

MIGUEL, Luís Felipe; MACHADO, Carlos A. M (2010). De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto, MIGUEL, Luis Felipe. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

NAGY, André; SOMAIN, René (2017). Ensinamentos das eleições municipais de 2016 no Brasil. *Confins* [Online], 30 | 2017.

PANEBIANCO, Angelo (1988). Political Parties: Organization and Power. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PEIXOTO, Vitor (2010). Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio (2001). O que é que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Revista Dados, volume 44, número 2.

SANDES, Vitor; ALMEIDA, Maria Vitória (2014). As coligações para prefeito nas eleições de 2012 e a presidencialização da competição eleitoral nos municípios. In. ROCHA, Marta; KERBAUY, Maria Teresa (orgs.). Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros. Juiz de Fora: Editora UFJT.

SCHMITT, Rogério (1999). Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ.

SILVA, Bruno; DANTAS, Humberto (2017). Quem são eles? Identificando e caracterizando os vereadores brasileiros (2000-2016). In: 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 2017.

*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

### **As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

#### **Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

#### **Meios de comunicação e Democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

#### **Sociedade civil e democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

#### **Bibliotecas virtuais:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

#### **Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>